

01. Contexto Operacional

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais, denominada “COPASA MG”, “COPASA”, “Controladora” ou “Companhia”, com sede na cidade de Belo Horizonte, à Rua Mar de Espanha, 525, Bairro Santo Antônio, é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Seu objetivo é planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, administrar e explorar serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, podendo atuar no Brasil e no exterior.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019, da Controladora e Consolidadas, em 19 de março de 2020 e recomendou a sua aprovação à Assembleia Geral Ordinária.

A COPASA possui 100% de participação societária na subsidiária COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A (“COPANOR”, “Subsidiária”, “Controlada”), criada pela Lei Estadual nº 16.698, de 17 de abril de 2007, com o objetivo de: planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; coleta, reciclagem, tratamento e disposição final do lixo urbano, doméstico e industrial; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas em localidades da região de planejamento do Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos Rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu.

02. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora e Consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual o CPC 06(R2)/IFRS 16 – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota Explicativa 3.1.

2.1 Reapresentação de informações comparativas

Ativo de contrato

Quando a Companhia conclui a performance por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, a Companhia deve apresentar este direito como ativo de contrato.

Os contratos de concessão e contratos de programa de abastecimento de água e esgotamento sanitário preveem que parte dos investimentos efetuados pelo concessionário seja remunerada pelos usuários do serviço público e a outra parte seja indenizada pelo Poder Concedente ao final da concessão. Esse modelo prevê o reconhecimento de ativo financeiro, ativo de contrato no período da construção e de ativo intangível.

Com a entrada em vigor, em 1º de janeiro de 2018, do CPC 47/IFRS 15- receita e a revisão do ICPC 01/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, notadamente o parágrafo 19 do IFRIC 12, a Companhia deveria ter classificado como ativo de contrato, no ativo de longo prazo, as obras anteriormente registradas como ativo intangível em curso referente aos contratos de concessão e contratos de programa de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante o período de construção.

Consequentemente, os ativos de contrato foram apresentados na rubrica de ativo intangível. A reclassificação foi realizada pela reapresentação dos valores correspondentes nos exercícios anteriores afetados.

A seguir a Companhia reapresenta as informações a fim de permitir análise comparativa.

Controladora	Saldo originalmente divulgado	Reclassificação (não auditado)	Saldo reapresentado (não auditado)
Saldos em 1º de janeiro de 2018			
Ativo intangível	6.097.405	(981.697)	5.115.708
Ativo de contrato	-	981.697	981.697
Saldos em 31 de dezembro 2018			
Ativo intangível	6.336.014	(1.147.522)	5.188.492
Ativo de contrato	-	1.147.522	1.147.522

Consolidado	Saldo originalmente divulgado	Reclassificação (não auditado)	Saldo reapresentado (não auditado)
Saldos em 1º de janeiro de 2018			
Ativo intangível	6.135.235	(1.019.527)	5.115.708
Ativo de contrato	-	1.019.527	1.019.527
Saldos em 31 de dezembro 2018			
Ativo intangível	6.419.348	(1.198.262)	5.221.086
Ativo de contrato	-	1.198.262	1.198.262

Esta reclassificação, no montante de R\$981.697 (Consolidado de R\$1.019.527) em 1º de janeiro de 2018 e R\$1.147.522 (R\$1.198.262 Consolidado) em 31 de dezembro de 2018, não afetou os *covenants* (índices financeiros) de empréstimos, financiamentos e debêntures, a liquidez, a posição patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração do resultado abrangente, as demonstrações dos fluxos de caixa e a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio da Companhia.

03. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Mudança nas principais políticas contábeis

IFRS 16/CPC 06(R2)- Arrendamentos:

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06(R2)/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia adotou o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura em 1º de janeiro de 2019. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2)/IFRS 16 em geral não foram aplicados a informações comparativas.

(a) Definição de arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrita na Nota Explicativa 3.1.

Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16. Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

(b) Como arrendatária

Como arrendatária, a Companhia arrenda diversos ativos, incluindo imóveis, veículos, máquinas e equipamentos. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente a Companhia. De acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A entidade deve determinar o prazo do arrendamento como o prazo não cancelável do arrendamento, juntamente com períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não exercer essa opção.

Ao avaliar se está razoavelmente certa de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento, a Companhia considerou todos os fatos e circunstâncias relevantes, que criam incentivo econômico para o arrendatário exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção de rescindir o arrendamento.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

No entanto, para arrendamentos imobiliários, o Grupo optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento.

(i) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/IAS 17

Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Pelo seu valor contábil como se o CPC 06(R2)/IFRS 16 tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental da Companhia na data da aplicação inicial: a Companhia aplicou essa abordagem ao seu maior arrendamento imobiliário; ou
- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis.

A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Companhia utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Em particular:

- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- Utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

(ii) Arrendamento classificado como arrendamento financeiro conforme CPC 06(R1)/IAS 17

A Companhia arrenda diversos equipamentos. Esses arrendamentos foram classificados como arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Para esses arrendamentos financeiros, o valor contábil do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foram determinados pelo valor contábil do ativo de arrendamento e do passivo de arrendamento conforme o CPC 06(R1)/IAS 17 imediatamente antes dessa data.

(c) Impacto na transição

Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento adicionais. O impacto na transição está resumido abaixo:

	<u>Em 1º de janeiro de 2019</u>
Ativos de direito de uso	R\$ 38.422
Passivo de arrendamento	R\$ 38.422

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada é de 6,8%.

IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro:

A aceitabilidade de determinado tratamento tributário, de acordo com a lei fiscal, pode não ser conhecida até que a respectiva autoridade fiscal ou tribunal tome uma decisão no futuro. A política contábil existente da Companhia para incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro é consistente com os requerimentos do ICPC 22/IFRIC 23.

3.2 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva, que também participa na tomada das decisões estratégicas, em conjunto com o Conselho de Administração. O Grupo possui três segmentos distintos, representados pelos segmentos de serviços de água e de esgoto em concessões públicas, prestados pela Controladora e sua subsidiária, além do segmento resíduos sólidos, no município de Varginha, iniciado no ano de 2017. As informações por segmentos são demonstradas na Nota Explicativa 22.

3.3 Base de consolidação

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a entidade atua ("moeda funcional"). As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada e, também, a moeda de apresentação.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.5 Instrumentos financeiros

3.5.1 Ativo financeiro

3.5.1.1 Reconhecimento inicial

O contas a receber de clientes e ativos financeiros de contratos de concessão são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo pelo Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

3.5.1.2 Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem a política de aplicações financeiras e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas de forma a garantir liquidez, segurança e rentabilidade, respeitando as necessidades de fluxo de caixa da Companhia, a fim de garantir a sustentabilidade do negócio por meio da gestão eficiente e adequada do capital.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Desreconhecimento

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou na qual a Companhia não transfere e não mantém substancialmente todos os riscos e os direitos de receber fluxos de caixa.

3.5.2 Avaliação do valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece provisão para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A metodologia utilizada pela Companhia para mensurar a perda esperada é com base em suas taxas históricas de inadimplência observadas ao longo da vida do contas a receber de clientes, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos. A metodologia considerou analisar dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência (devido há mais de 180 dias), com inclusão da provisão complementar para algumas faturas vencidas e também para o contas a receber não faturado.

Considerando fatores de riscos de crédito estabelecidos na análise da carteira por cliente, a Companhia provisiona faturas em todas as faixas de vencimento, incluindo títulos a vencer. A Companhia monitora os fatores, clientes e carteiras constantemente, reconhecendo as respectivas mudanças no resultado.

A Companhia não reconheceu provisão para perdas sobre débitos relativos ao Estado de Minas Gerais, acionista controlador, tendo em vista o histórico recente de renegociações, celebração de acordo para equacionamento de dívida, bem como de termos de compensação com dividendos e juros sobre capital próprio. A Administração da Companhia avalia este assunto dependendo dos fatos e circunstâncias à cada data de reporte.

Para os créditos perante a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, o repasse dos 4% da arrecadação líquida ao Fundo Municipal de Saneamento, fica condicionado à quitação das faturas pela prefeitura cujos recursos também são destinados a esse fundo.

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”. A Companhia considera que esta seja BBB - ou superior pelas agências de *rating* de crédito *Fitch* e *S&P*.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas normalmente;
- probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com riscos insignificantes quanto à mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(ii) Aplicação financeira vinculada

Refere-se a recursos financeiros oriundos da ANA, como incentivo, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES). Os recursos são liberados e depositados em conta específica vinculada e a liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada desde que cumpridas as metas pactuadas. Tendo em vista cumprimento parcial das metas, esses recursos também são mantidos em seu passivo não circulante, em conta de obrigações diversas. A Companhia não reconhece perda por *impairment*, baseado no fato de que se houver uma obrigação de devolver os recursos há passivo correspondente registrado, conforme descrito na Nota Explicativa 8.

(iii) Ativos financeiros – Contratos de concessões

A Companhia não reconhece perda por *impairment*, tendo em vista que os contratos de concessão preveem que, na extinção da concessão, os bens construídos ou adquiridos pela COPASA MG reverterão ao município mediante indenização dos valores residuais dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados. Até a data do balanço não foram identificados eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

O concessionário reconhece um crédito a receber quando possui o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão desses serviços públicos que não serão recuperados via tarifa por meio da prestação de serviços relacionados à concessão.

A Companhia possui contratos de concessão pública que são firmados com os municípios e, de acordo com a Interpretação ICPC 01, representam um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação definida pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (ARSAE-MG), pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão pela prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário. Em decorrência desse fato, a Companhia reconhece um ativo financeiro referente à parcela que excede o prazo dos contratos, com base na vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, até a data de término da concessão. O ativo financeiro foi mensurado pelo presente das indenizações, descontadas por uma taxa de desconto definida pela Companhia.

Esses ativos financeiros estão registrados inicialmente pelo valor justo (valor presente do direito, calculado com base no valor líquido dos investimentos que serão indenizados pelo poder concedente) e posteriormente ao custo amortizado.

Essas contas a receber são classificadas no longo prazo, considerando a expectativa de recebimento desses valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

3.5.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis a suas aquisições ou emissões e são classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(a) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificada como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, os valores são apresentados como passivo não circulante.

As obrigações são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(b) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do Balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que necessariamente demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo, quando for provável que resultarão em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais variáveis aplicáveis. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando os materiais, exceto os estratégicos, atingem 365 dias sem movimentação. Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgotamento sanitário.

3.7 Ativos intangíveis

(a) Ativos diretamente ligados a concessões

O concessionário reconhece como um ativo intangível a parcela dos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão de serviços públicos, que serão recebidos via tarifa durante o período de concessão, sendo o seu valor amortizado pelo prazo da concessão, em linha com a Interpretação ICPC 01, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e em decorrência dos contratos de concessão firmados.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo. A companhia utiliza o método linear que resulta em despesa constante durante todo o período.

O valor justo de construção, reforma e melhoria na infraestrutura é reconhecido como receita, pelo seu valor justo, quando a infraestrutura é construída, desde que se espere que este trabalho gere benefícios econômicos futuros, conforme Nota Explicativa 3.15. O custo dos ativos adquiridos até 31 de dezembro de 1997 foi remensurado na adoção inicial do ICPC 01.

(b) Direito de uso

Direitos de uso referem-se, principalmente, a custos incorridos na renovação ou revisão de concessões e são decorrentes da assunção de compromissos de participar financeiramente de obras de tratamento de fundos de vales, a ser executadas pelas prefeituras, tais como canalização de córregos e avenidas sanitárias. A amortização se dá pelo prazo remanescente do contrato de concessão.

(c) Licenças de *software*

As licenças de *software* adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para adquiri-las e fazer com que elas estejam prontas para ser utilizadas. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada de cinco anos.

3.8 Imobilizado

Os bens registrados no Imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e as instalações administrativas da Companhia. Os sistemas produtores de água e de tratamento de esgotos compartilhados também compõem o imobilizado, uma vez que foram considerados como ativos da Companhia, por não serem vinculados diretamente a uma concessão específica.

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso.

A depreciação é realizada pela vida útil estimada de cada bem, utilizando o método linear que resulta em despesa constante durante a vida útil do ativo. Anualmente a Companhia avalia a necessidade de mudanças, sendo utilizadas as taxas de depreciação relacionadas abaixo:

	<u>Anos</u>
Edificações	25 a 40
Máquinas	10 a 15
Veículos	3 a 5
Móveis, utensílios e equipamentos	3 a 8

3.9 Perda do valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação e/ou reversão de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda ou o seu valor em uso.

O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa – UGC a qual o ativo pertença. A utilização do modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, as quais envolvem julgamentos sobre os resultados futuros do negócio.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em UGCs, ou seja, no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos 5 (cinco) anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

3.10 Provisões

As provisões tributárias e para demandas judiciais e ambientais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com razoável segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais. Por se tratarem de discussões legais, quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes dependem dos procedimentos judiciais.

As provisões são reconhecidas e atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas as políticas da Companhia, a natureza de cada ação e apoiadas na opinião de sua área jurídica que leva em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Julgamentos a respeito de eventos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias que as envolvem. Todos os valores reclassificados são submetidos à aprovação da diretoria executiva mensalmente, estabelecendo-se assim, políticas mais criteriosas para a constituição destas provisões.

As provisões para demandas judiciais são apresentadas nas demonstrações financeiras, líquida dos depósitos judiciais embasados no direito legal de compensação.

3.11 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

O valor de distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo na rubrica “dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social.

A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, após o período contábil a que se referem as Demonstrações Financeiras, mas antes da data de autorização para a sua emissão, é registrada na rubrica “dividendo adicional proposto” no Patrimônio Líquido.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que é aprovado ou pago, o que ocorrer primeiro.

Os juros sobre capital próprio a pagar a acionistas são tratados como dividendos, debitados em lucros acumulados.

Conforme determina a legislação fiscal, os juros a pagar a acionistas são calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 e registrados no resultado em despesas financeiras, maiores detalhes estão descritos na Nota 21. Para fins de publicação das Demonstrações Financeiras, esses juros sobre o capital próprio são revertidos de despesas financeiras e apresentados a débito de lucros acumulados.

3.12 Tributação

(a) Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. Os impostos sobre renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto e na proporção em que estiverem relacionados com itens relacionados à combinação de negócios ou a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Dado o amplo espectro de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base na legislação tributária promulgada, ou substancialmente promulgada, na data do balanço. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo, quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos consideradas na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível de forma que, as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados considerando as alíquotas de tributos (e leis) vigentes na data do balanço e que se espera aplicar na data de realização do ativo ou liquidação do passivo.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível de forma que, as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

O imposto de renda diferido ativo e passivo são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

A realização de créditos de impostos diferidos está condicionada a eventos futuros que irão tornar as provisões que lhe deram origem dedutíveis nos termos da legislação fiscal em vigor.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, com base no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável do ativo de tributos diferidos.

(b) Tributos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos	Alíquota %
PIS/PASEP - Programa de integração social	1,65
COFINS - Contribuição para financiamento para seguridade social	7,60
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (*)	7,00 a 18,00
ISSQN - Imposto sobre serviços de qualquer natureza (*)	Diversas

(*) Não incide sobre serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos.

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado, sendo o PIS/COFINS apurado pelo regime da não cumulatividade.

3.13 Benefícios a empregados

a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora de três planos de Previdência Complementar: Benefício Definido, Benefício de Fundo Saldado e de Contribuição Definida. Geralmente, os planos são financiados por pagamentos a fundos fiduciários determinados por cálculos atuariais periódicos.

Os Planos de Benefício Definido e Definido Saldado estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria e é constituído pelo direito acumulado de cada participante calculado na data do fechamento do plano para novas adesões, o que ocorreu em 2010. Estes planos passaram então a receber apenas as contribuições para a cobertura de despesas administrativas. Contudo, as eventuais insuficiências serão cobertas por contribuições extraordinárias da patrocinadora e dos participantes de forma paritária.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos referenciados é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor dos ativos do plano é mensurado com base no valor justo.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem de forma que o ativo ou passivo líquido do plano seja reconhecido no balanço patrimonial para

refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

No plano de Contribuição Definida, a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Este Plano funciona como uma poupança individual para a aposentadoria, recebendo contribuições paritárias do participante e da patrocinadora que são depositadas em conta individual de cada participante.

O valor atual dessas obrigações depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam determinadas premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de juros de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas poderão afetar o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de desconto que deveria ser usada para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos do governo.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa 20.

b) Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia registra provisões para reconhecer a despesa de participação dos empregados no resultado.

Em 2008, o Conselho de Administração aprovou o Regulamento do Programa de Participação dos Empregados nos Lucros da empresa, definindo os procedimentos para operacionalização.

Em 20 de dezembro de 2019 foi assinado acordo coletivo de trabalho com o Sindicato dos Administradores de MG e o Sindicato dos Contabilistas de BH, sendo definido que do valor total apurado de Participação dos Empregados nos Lucros, 80% é distribuído de forma linear aos empregados que não exercem cargos de confiança e de diretoria, e 20% é distribuído entre os empregados que exercem cargos de confiança e de diretoria, mediante o atingimento de metas de performance em indicadores a serem definidos pelo Conselho da Administração. Como não houve consenso com os demais sindicatos, foi instaurado Dissídio Coletivo pelo Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais, para que sejam definidas sobre a distribuição da PL aos demais empregados, dentre outras cláusulas.

O montante a ser distribuído será aprovado anualmente pelo Conselho de Administração, é equivalente a 25% dos dividendos mínimos obrigatórios pagos aos acionistas, correspondendo a 6,25% do lucro líquido do exercício, depois de deduzida a reserva legal e a reserva de incentivos fiscais, sobre o qual serão aplicados parâmetros de desempenho institucional.

Anualmente, a parcela do lucro não distribuída aos empregados será transferida para o exercício seguinte, sendo adicionada para fins de cálculo do valor a ser distribuído.

3.14 Capital social

Capital social é o valor integralizado ou a integralizar correspondente à coparticipação de um titular, sócio ou acionistas para o início ou manutenção da empresa.

Quando a Companhia compra ações do capital de sua emissão (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e líquido dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

3.15 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

(a) Prestação de serviços

As receitas são reconhecidas num momento específico do tempo, conforme os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário são prestados por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços, na medida em que a obrigação de desempenho é cumprida. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são registradas como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

A necessidade de estimativa da receita a faturar se baseia no fato de que o faturamento é efetuado em uma base cíclica, que muitas vezes não coincide com os fechamentos mensais. Desta forma, a Companhia, considerando o montante envolvido, cria estimativas, que incluem informações como média de consumo obtida na última leitura dos hidrômetros a ser atribuída a cada consumidor para o período compreendido entre a data de leitura e o encerramento contábil, observando o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

(b) Contratos de construção

Contrato de construção é um contrato especificamente negociado para a construção de um ativo ou de uma combinação de ativos que estejam diretamente inter-relacionados ou interdependentes em função da sua concepção, tecnologia e função ou do seu propósito ou uso final.

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), onde a receita é reconhecida ao longo do tempo com base no método de custos incorridos.

A Companhia estima que a margem é zero, a partir de julho de 2015, depois de considerar a Resolução nº 072/2015 da Agência Reguladora que definiu pelo não reconhecimento da margem de construção na indenização de ativos prevista nos contratos de Concessão, pelos Municípios.

(c) Ativos de contrato

O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo, como por exemplo, o seu desempenho futuro.

Quando a Companhia conclui a *performance* por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, apresenta este direito como ativo de contrato.

Os contratos de concessão e contratos de programa de abastecimento de água e esgotamento sanitário preveem que parte dos investimentos efetuados pelo concessionário é remunerada pelos usuários do serviço público e a outra parte é indenizada pelo Poder Concedente ao final da concessão.

O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

3.16 Receita financeira

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido. A Companhia classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

3.17 Arrendamentos

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019

A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 são divulgados separadamente.

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Políticas contábeis aplicáveis antes de 1º de janeiro de 2019

Para contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019, a Companhia determinou se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se:

- o cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- o acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se um dos seguintes itens fosse cumprido:
- o comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo;
- o comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou

- fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção.

(i) Como arrendatário

No período comparativo, como arrendatário, a Companhia classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

3.18 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2020. Não foram adotadas pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras, entretanto não deverão ter impactos significativos nas suas políticas. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

04. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia e sua subsidiária fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão inseridas nas seguintes notas explicativas:

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (a) Consolidação** - Nota explicativa 3.3: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida;

- (b) **Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes** - Nota explicativa 3.4 determinação se a Companhia não tem influência significativa sobre a investida;
- (c) **Prazo do arrendamento** - Nota explicativa 3.17: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (a) **Reconhecimento de receita de construção** – Nota explicativa 3.15(b): Estimativa da margem considerando a Resolução nº072/2015 da Agência Reguladora que definiu pelo não reconhecimento da margem de construção na indenização de ativos prevista nos contratos de Concessão, pelos Municípios.
- (b) **Reconhecimento de receita não faturada** – Nota explicativa 3.15 (a): Estimativa baseada na média de consumo.
- (c) **Provisão para perdas na realização de crédito** – Nota explicativa 3.5.2(a): Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais.
- (d) **Benefícios de planos de previdência complementar** – Nota explicativa 3.13(a): Mensuração de obrigações de benefícios definidos: principais premissas atuariais; definição da taxa.
- (e) **Impostos** – Nota explicativa 3.12: Disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- (f) **Perda do valor recuperável de ativos não financeiros** - Notas explicativas 3.9: Definição das principais premissas em relação aos valores recuperáveis.
- (g) **Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais** - Nota explicativa 3.10: Definição das principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- (h) **Instrumentos financeiros mensurados a valor justo** - Nota explicativa 3.5.1: Determinação do valor justo dos instrumentos patrimoniais.
- (i) **Ativos financeiros e ativos intangíveis vinculados à concessão** - Nota explicativa 3.7: Definição da taxa de desconto para ajuste a valor presente.

05. Contratos de Concessão de Serviços Públicos

A prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário se dá por meio de Contratos de Concessão e/ou os Contratos de Programa que são firmados com cada município, por períodos que variam entre 30 e 99 anos. Esses Contratos são bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente. A área de abrangência da Companhia é o Estado de Minas Gerais.

Em 2019, foram formalizados Contratos de Programa com 10 municípios do Estado de Minas Gerais.

A Companhia e sua subsidiária COPANOR possuíam 641 Contratos de Concessão ou Contratos de Programa para a prestação de serviços de abastecimento de água e 311 Contratos de Concessão ou Contratos de Programa para a prestação de serviços de esgotamento sanitário em 31 de dezembro de 2019 (638 e 307, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de dezembro de 2019, 65 concessões encontravam-se vencidas, representando 4,2% da receita total, cujos serviços continuam sendo prestados e faturados normalmente pela Companhia. A administração prevê que todos os contratos de concessão vencidos e ainda não renovados resultarão em novos contratos,

descartando o risco de descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgoto nesses municípios. A COPASA MG vem envidando esforços perante o poder concedente para a renovação destas concessões.

Os serviços são remunerados sobre a forma de tarifas. Conforme Lei Federal nº 11.445/2007, as revisões e/ou os reajustes das tarifas devem ser regulados, fiscalizados e autorizados por agência reguladora, no caso de Minas Gerais, a ARSAE-MG. O seu cálculo deve assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da concessionária e a preservação dos aspectos sociais dos serviços prestados.

O Reajuste Tarifário tem por objetivo compensar os efeitos inflacionários nos custos do prestador, em um determinado período.

A Revisão Tarifária Periódica consiste na reavaliação das condições da prestação dos serviços e de mercado, com o estabelecimento de mecanismos tarifários de indução à eficiência e metas de expansão e qualidade dos serviços.

A ARSAE-MG divulgou em 29 de junho de 2019 a Resolução ARSAE-MG nº 127/19, na qual autorizou a aplicação de reajuste médio de 8,38% nas tarifas de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário prestados a partir de 1º de agosto de 2019.

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$648.892 (R\$682.828 em 31 de dezembro de 2018) como contas a receber do poder concedente (municípios), referente ao recebimento esperado ao final das concessões por ativos não depreciados no período da concessão, conforme descrito na Nota Explicativa 07(b).

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	682.828	659.147
Transferência para o intangível	(65.652)	(15.872)
Capitalização	31.633	11.600
Ganho com ativo financeiro	401	29.114
Baixas	(320)	(651)
Outros	2	(510)
Saldo final	648.892	682.828

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	682.828	659.147
Transferência para o intangível	(64.439)	(15.872)
Capitalização	31.730	11.600
Ganho com ativo financeiro	401	29.114
Baixas	(320)	(651)
Outros	869	(510)
Saldo final	651.069	682.828

06. Caixa e Equivalentes de Caixa

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Recursos em caixa e bancos	31.473	40.511	31.984	40.984
Certificados de depósitos bancários de curto prazo	489.831	257.007	492.162	272.387
Total	521.304	297.518	524.146	313.371

Os recursos próprios da Companhia provenientes de sua atividade são aplicados em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), títulos de renda fixa cuja remuneração é baseada, substancialmente, na variação do

Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 101% do CDI no período findo em 31 de dezembro de 2019 (106% do CDI em 31 de dezembro de 2018). O CDI em 31 de dezembro de 2019 era de 4,4% (6,4% em 31 de dezembro de 2018). A avaliação de risco deste instrumento financeiro está detalhado na Nota Explicativa 23.1d(ii).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as receitas financeiras provenientes dessas aplicações totalizaram R\$25.195 (R\$28.265 em 31 de dezembro de 2018) na Controladora e R\$25.750 (R\$29.135 em 31 de dezembro de 2018) no Consolidado.

A Companhia classificou suas aplicações financeiras como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato com prazo original de vencimento inferior a 90 dias e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Movimentação dos certificados de depósitos bancários de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Em 1º de janeiro	257.007	369.997	272.387	384.989
Novas aplicações	3.062.586	3.426.195	3.095.234	3.488.861
Rendimentos	25.195	28.265	25.750	29.135
Resgates	(2.854.957)	(3.567.450)	(2.901.209)	(3.630.598)
Em 31 de dezembro	489.831	257.007	492.162	272.387

07. Contas a Receber de Clientes e Demais Contas a Receber

(a) Contas a receber de clientes

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

Valores	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Vencidos	430.930	515.127	436.357	519.350
Vencidos até 30 dias	227.945	205.817	230.738	207.549
Vencidos de 31 até 60 dias	77.128	105.613	78.173	106.590
Vencidos de 61 até 90 dias	39.385	59.734	39.994	60.277
Vencidos de 91 até 180 dias	60.319	86.038	61.268	86.985
Vencidos acima de 180 dias	26.153	57.925	26.184	57.949
A vencer	430.395	369.815	433.357	371.930
Faturados	861.325	884.942	869.465	891.280
A faturar	359.113	311.551	361.763	311.551
Contas a receber de clientes⁽¹⁾	1.220.438	1.196.493	1.231.228	1.202.831
(-) Provisão para perdas esperadas do contas a receber de Clientes	(43.720)	(45.739)	(43.732)	(46.324)
	1.176.718	1.150.754	1.187.496	1.156.507
Contas a receber de longo prazo ⁽²⁾	-	12.994	-	12.994
Contas a receber de clientes, líquidas	1.176.718	1.163.748	1.187.496	1.169.501

⁽¹⁾ Contempla o contas a receber do acionista Estado de Minas Gerais, conforme detalhamento a seguir.

⁽²⁾ Refere-se ao termo de compensação realizado com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, conforme descrito na Nota Explicativa 26.

Detalhamento do Contas a receber do Estado de Minas Gerais:

Valores	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Faturados	167.217	77.987
A faturar	11.197	9.643
Parcelamento de débitos	-	66.375
Contas a receber de clientes, líquidas	178.414	154.005

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía saldos a receber do Estado de Minas Gerais no montante de R\$178.414 (R\$154.005 em 31 de dezembro de 2018).

O saldo do parcelamento de débitos no valor R\$66.375 em 31 de dezembro de 2018 foi quitado utilizando os Juros sobre Capital Próprio (JCP) retidos, conforme acordado no Termo de Encontro de Contas e Negociação de dívida entre a COPASA, COPANOR e o Estado de Minas Gerais para compensação de débitos entre as partes e corroborado por correspondência recebida datada de 22 de julho de 2019.

Parte do saldo dos JCP referentes ao quarto trimestre de 2018 e ao primeiro trimestre de 2019, no valor de R\$11.740 foi utilizada para quitação de faturas vencidas.

Em 31 de outubro de 2019, foram quitadas faturas vencidas no valor de R\$36.659, e consequentemente a Companhia pagou o saldo do JCP retido do segundo trimestre de 2019 no valor de R\$10.519. Não há JCP retidos em 31 de dezembro de 2019.

Em 09 de dezembro de 2019, o Estado de Minas Gerais celebrou acordo para equacionamento de dívida no valor de R\$173,6 milhões, incluindo todas as faturas com vencimento até 31 de dezembro de 2019 e, ainda, algumas faturas a vencer após essa data e, portanto, não há dívidas em atraso não negociadas. As faturas inseridas no referido acordo foram transferidas para a categoria “A Vencer”. O fluxo mensal de pagamentos constante desse acordo está sendo quitado regularmente, além disso o pagamento das faturas correntes está ocorrendo dentro das competências dos vencimentos.

A movimentação na provisão para perdas de contas a receber de clientes da Companhia foi a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	45.739	31.172	46.324	31.757
Aplicação inicial do IFRS 09/CPC 48	-	7.800	-	7.800
Provisão para perdas de contas a receber	187.636	252.768	189.701	255.902
Contas a receber de clientes baixadas no período como incobráveis	(189.655)	(246.001)	(191.716)	(249.135)
Outros	-	-	(577)	-
Saldo final	43.720	45.739	43.732	46.324

A provisão para perdas do valor recuperável de contas a receber foi registrada no resultado do período como despesas com vendas. Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação deste relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

(b) Demais contas a receber

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação deste relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada. A Companhia mantém receitas tarifárias como garantia em financiamentos (Nota Explicativa 23.1 (e)):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros – Contratos de concessão (i)	648.892	682.828	651.069	682.828
Créditos diversos (ii)	66.182	55.781	65.241	53.074
Total	715.074	738.609	716.310	735.902
Ativo circulante	21.934	21.537	20.993	18.830
Ativo não circulante	693.140	717.072	695.317	717.072

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Outros ativos circulantes	21.934	21.537	20.993	18.830
Ativo circulante	21.934	21.537	20.993	18.830
Créditos diversos	44.248	34.244	44.248	34.244
Ativos financeiros – contratos de concessão	648.892	682.828	651.069	682.828
Ativo não circulante	693.140	717.072	695.317	717.072

- (i) Refere-se às contas a receber do poder concedente decorrentes dos contratos de concessão pública que são firmados com os municípios e de acordo com a ICPC 01. Esses valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, utilizando taxa de desconto definida como adequada pela Administração, para utilização no cálculo do valor presente de fluxos futuros relacionados aos investimentos realizados ou em estudo pela Companhia, conforme Nota Explicativa 5.
- (ii) Refere-se substancialmente a adiantamentos de repasse tarifário realizados para o Município de Montes Claros e depósitos judiciais.

08. Aplicações Financeiras e Cauções em Garantias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

(a) Movimentação das aplicações financeiras resgatáveis acima de 90 dias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Em 1º de janeiro	161.349	-	161.349	-
Novas aplicações	-	160.000	-	160.000
Rendimentos	290	1.349	290	1.349
Resgates	(161.639)	-	(161.639)	-
Em 31 de dezembro	-	161.349	-	161.349

Os ativos financeiros incluem somente valores em Reais, não havendo aplicações em moeda estrangeira. Não foram identificadas perdas dos seus valores recuperáveis.

(b) Cauções em garantias de empréstimos, financiamentos e debêntures e aplicação financeira vinculada

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Cauções em garantias de empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	180.770	188.442	180.770	188.442
Aplicação financeira vinculada (ii)	85.268	81.943	85.268	81.943

- (i) Refere-se a depósito de valores monetários em fundos de investimentos, ora sob titularidade dos credores, que a Companhia constitui, no âmbito de seus contratos de financiamentos, empréstimos e debêntures. Também é dado em garantia cessão fiduciária de sua arrecadação que se caracteriza pela transferência aos credores da titularidade de parte de sua arrecadação, conforme tabela inserida na Nota Explicativa 23.1 (e). Ambas as garantias ocorrem durante o prazo de vigência ou do período de carência das dívidas contratadas.
- (ii) Refere-se a recursos financeiros da ANA, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES. O valor de cada contrato é depositado em conta corrente específica e vinculada a cada contrato, denominada conta de despoluição de bacias hidrográficas, os valores são convertidos em

cotas e aplicados no “fundo de investimento caixa despoluição de bacias hidrográficas renda fixa longo prazo” destinado única e exclusivamente ao objeto de cada contrato. A liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada para a COPASA MG em 12 parcelas trimestrais e sucessivas que poderão, a partir de plena operação e início da certificação da estação de tratamento do esgoto, ser sacadas desde que cumpridas as metas pactuadas na assinatura do contrato. Devido ao cumprimento parcial das metas, a Companhia mantém também esses recursos em seu passivo não circulante, em conta de obrigações diversas.

09. Investimentos

Segue a tabela com a movimentação dos investimentos na subsidiária:

	31/12/2018	Equivalência patrimonial ⁽ⁱⁱ⁾	Aumento de capital ⁽ⁱ⁾	Outros	31/12/2019
Investimentos					
COPANOR	104.597	(12.772)	42.122	36	133.983
Outros	260	-	-	-	260
Total	104.857	(12.772)	42.122	36	134.243

	31/12/2017	Equivalência patrimonial ⁽ⁱⁱ⁾	Aumento de capital ⁽ⁱ⁾		31/12/2018
Investimentos					
COPANOR	62.027	(12.998)		55.568	104.597
Outros	260	-		-	260
Total	62.287	(12.998)		55.568	104.857

(i) A Controladora realizou integralização no valor de R\$42.122 (R\$55.568 em 31 de dezembro de 2018), sendo R\$21.061 no 1º trimestre e R\$21.061 no 3º trimestre de 2019 na COPANOR, cujos recursos permitirão realizar investimentos em obras de implantação, ampliação e manutenções nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

(ii) O resultado de equivalência patrimonial foi negativo em R\$12.772 (negativo em R\$12.998 em 31 de dezembro de 2018).

Informações financeiras resumidas

COPANOR	Participação (%)	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Prejuízo líquido
2019	100%	15.997	127.237	8.990	262	133.982	(12.772)
2018	100%	30.252	90.039	15.628	66	104.597	(12.998)

10. Ativo de Contrato

	Controladora				Total
	Sistemas de			Estoque para obras	
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso comum		
Saldos em 31 de dezembro 2018					
– Não auditado	264.757	657.451	137.678	87.636	1.147.522
Adições	129.694	210.316	91.359	4.040	435.409
Baixas	-	(759)	(23)	-	(782)
Juros capitalizados	10.919	36.921	3.249	-	51.089
Transferências para o intangível	(197.357)	(264.420)	(31.237)	-	(493.014)
Transferências para o imobilizado	-	-	(7.302)	-	(7.302)
Saldos em 31 dezembro de 2019	208.013	639.509	193.724	91.676	1.132.922

	Consolidado				
	Sistemas de			Estoque para obras	Total
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso Comum		
Saldos em 31 de dezembro 2018					
– Não auditado	288.749	680.607	141.270	87.636	1.198.262
Adições	140.222	230.500	91.379	7.305	469.406
Baixas	-	(759)	(23)	-	(782)
Juros capitalizados	10.919	36.921	3.249	-	51.089
Transferências para o intangível	(199.734)	(269.957)	(33.351)	-	(503.042)
Transferências para o imobilizado	-	-	(7.302)	-	(7.302)
Outros	1.891	-	-	4.314	6.205
Saldos em 31 dezembro de 2019	242.047	677.312	195.222	99.255	1.213.836

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as adições, no montante de R\$469.405 referem-se, principalmente, a obras de implantação dos sistemas de esgotamento sanitário das cidades de Sabará, Coronel Fabriciano, Teófilo Otoni, Três Corações, Ubá, Cataguases, Contagem, Araçuaí, Nova Serrana, Caratinga e Divinópolis, bem como obra de ampliação do sistema de abastecimento de água de Montes Claros, por meio de captação no Rio Pacuí.

	Controladora – Reapresentado – não auditado				
	Sistemas de			Estoque para obras	Total
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso comum		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-	-
Transferência do intangível	206.851	581.382	127.266	66.198	981.697
Adições	148.889	277.844	57.324	21.438	505.495
Baixas	(2)	-	-	-	(2)
Juros capitalizados	26.239	23.148	1.990	-	51.377
Transferências para o intangível	(117.220)	(224.923)	(24.230)	-	(366.373)
Transferências para o imobilizado	-	-	(24.672)	-	(24.672)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	264.757	657.451	137.678	87.636	1.147.522

	Consolidado – Reapresentado – não auditado				
	Sistemas de			Estoque para obras	Total
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso comum		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-	-
Transferência do intangível	218.239	607.824	127.266	66.198	1.019.527
Adições	170.265	295.857	60.916	21.438	548.476
Baixas	(2)	-	-	-	(2)
Juros capitalizados	26.239	23.148	1.990	-	51.377
Transferências para o intangível	(125.991)	(246.222)	(24.230)	-	(396.443)
Transferências para o imobilizado	-	-	(24.672)	-	(24.672)
Outros	(1)	-	-	-	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	288.749	680.607	141.270	87.636	1.198.262

11. Intangível

(a) A composição dos saldos é a seguinte:

	Controladora					
	31/12/2019			31/12/2018 - Reapresentado		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Em operação						
Sistemas de água	3.868.382	(2.242.450)	1.625.932	3.650.862	(2.112.262)	1.538.600
Esgotamento sanitário	5.472.005	(2.155.736)	3.316.269	5.085.721	(1.920.116)	3.165.605
Sistemas de uso comum	875.493	(739.902)	135.591	801.217	(694.502)	106.715
Direitos de uso	561.926	(234.427)	327.499	481.040	(212.344)	268.696
Outros ativos intangíveis	120.677	(21.594)	99.083	126.475	(17.599)	108.876
Total do intangível	10.898.483	(5.394.109)	5.504.374	10.145.315	(4.956.823)	5.188.492
	Consolidado					
	31/12/2019			31/12/2018 - Reapresentado		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Em operação						
Sistemas de água	3.882.540	(2.243.126)	1.639.414	3.660.400	(2.112.375)	1.548.025
Esgotamento sanitário	5.498.307	(2.156.812)	3.341.495	5.105.230	(1.920.219)	3.185.011
Sistemas de uso comum	880.879	(740.811)	140.068	804.997	(694.654)	110.343
Direitos de uso	562.075	(234.472)	327.603	481.190	(212.359)	268.831
Outros ativos intangíveis	120.917	(21.597)	99.320	126.475	(17.599)	108.876
Total do intangível	10.944.718	(5.396.818)	5.547.900	10.178.292	(4.957.206)	5.221.086

(b) A movimentação do intangível pode ser demonstrada como segue:

	Controladora					
	Sistemas de					
	Água	Esgotamento sanitário	Uso comum ⁽¹⁾	Direitos de uso	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018 – reapresentado	1.538.600	3.165.605	106.715	268.696	108.876	5.188.492
Adições	24.873	63.135	40.692	79.713	2.317	210.730
Baixas	(1.886)	(522)	(232)	(2)	110	(2.532)
Amortização	(133.075)	(238.536)	(51.580)	(22.248)	(4.678)	(450.117)
Transferências do ativo financeiro ⁽²⁾	8.981	53.739	6.806	440	(4.314)	65.652
Transferência entre intangível e imobilizado	(1.068)	9.960	1.228	372	(11.458)	(966)
Transferências do ativo de contrato	189.666	262.888	31.912	529	8.019	493.014
Outros	(159)	-	50	(1)	211	101
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.625.932	3.316.269	135.591	327.499	99.083	5.504.374

⁽¹⁾ Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado “sistemas de uso comum”.

⁽²⁾ As transferências do ativo financeiro, referem-se basicamente a incorporação de obras finalizadas no período e ajuste em adiantamento para aquisição de sistemas de esgoto em São João Nepomuceno cuja concessão tem término em 2047.

A amortização na Controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apropriada ao resultado, foi de R\$450.117, sendo R\$443.865 como custo dos serviços prestados, R\$375 como despesas com vendas e R\$5.877 como despesas administrativas (R\$437.623, sendo R\$429.365, R\$206 e R\$8.052, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

	Consolidado					
	Sistemas de			Direitos de uso	Outros	Total
	Água	Esgotamento sanitário	Uso comum⁽¹⁾			
Saldos em 31 de dezembro de 2018 – reapresentado	1.548.025	3.185.011	110.343	268.831	108.876	5.221.086
Adições	27.362	64.304	42.060	79.713	2.621	216.060
Baixas	(1.886)	(522)	(249)	(2)	110	(2.549)
Amortização	(133.628)	(239.454)	(52.393)	(22.277)	(4.680)	(452.432)
Transferências do ativo financeiro ⁽²⁾	9.034	52.538	6.806	440	(4.379)	64.439
Transferência para o imobilizado	(1.040)	10.534	626	372	(11.458)	(966)
Transferências do ativo de contrato	192.329	269.340	32.825	529	8.019	503.042
Outros	(782)	(256)	50	(3)	211	(780)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.639.414	3.341.495	140.068	327.603	99.320	5.547.900

⁽¹⁾ Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado “sistemas de uso comum”.

⁽²⁾ As transferências do ativo financeiro, referem-se basicamente a incorporação de obras finalizadas no período e ajuste em adiantamento para aquisição de sistemas de esgoto em São João Nepomuceno cuja concessão tem término em 2047.

A amortização no Consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apropriada ao resultado, foi de R\$452.432, sendo R\$446.150 como custo dos serviços prestados, R\$375 como despesas com vendas e R\$5.907 como despesas administrativas (R\$438.007, sendo R\$429.734, R\$206 e R\$8.067, respectivamente no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

	Controladora - Reapresentado						
	Sistemas de			Direitos de uso	Outros	Em formação	Total
	Água	Esgotamento sanitário	Uso comum⁽¹⁾				
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.512.784	3.121.869	119.542	269.505	92.008	981.697	6.097.405
Transferência para ativos de contratos	-	-	-	-	-	(981.697)	(981.697)
Adições	25.688	58.206	14.805	21.216	7.643	-	127.558
Baixas	(2.072)	(46)	(125)	-	(26)	-	(2.269)
Amortização	(128.242)	(226.813)	(56.423)	(22.679)	(3.466)	-	(437.623)
Transferências do ativo financeiro ⁽²⁾	13.147	(32.800)	428	108	5.943	-	(13.174)
Transferência entre intangível e imobilizado	4.585	106	367	362	(2.198)	-	3.222
Transferências do ativo de contrato	103.614	226.848	27.990	11	7.910	-	366.373
Ajuste de amortização decorrente de renovação de concessões ⁽³⁾	9.096	18.235	131	173	1.062	-	28.697
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.538.600	3.165.605	106.715	268.696	108.876	-	5.188.492

⁽¹⁾ Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado “sistemas de uso comum”.

⁽²⁾ As transferências do ativo financeiro, referem-se basicamente à renovação de Concessão do Município de Ubá, Montes Claros e incorporação de obras finalizadas no exercício.

⁽³⁾ Refere-se a ajustes de amortização decorrentes de alterações ou renovações de concessões.

	Consolidado - Reapresentado						
	Sistemas de			Direitos de uso	Outros	Em formação	Total
	Água	Esgotamento sanitário	Uso comum ⁽¹⁾				
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.512.784	3.121.869	119.542	269.505	92.008	1.019.527	6.135.235
Transferência para ativos de contratos	-	-	-	-	-	(1.019.527)	(1.019.527)
Adições	27.321	58.970	15.166	21.366	7.643	-	130.466
Baixas	(2.072)	(46)	(125)	-	(26)	-	(2.269)
Amortização	(128.356)	(226.915)	(56.576)	(22.694)	(3.466)	-	(438.007)
Transferências do ativo financeiro ⁽²⁾	13.147	(32.800)	428	108	5.943	-	(13.174)
Transferência entre intangível e imobilizado	4.585	106	367	362	(2.198)	-	3.222
Transferências do ativo de contrato	111.519	245.593	31.409	11	7.911	-	396.443
Ajuste de amortização decorrente de renovação de concessões ⁽³⁾	9.097	18.234	132	173	1.061	-	28.697
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.548.025	3.185.011	110.343	268.831	108.876	-	5.221.086

⁽¹⁾ Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado "sistemas de uso comum".

⁽²⁾ As transferências do ativo financeiro, referem-se basicamente à renovação de Concessão do Município de Ubá, Montes Claros e incorporação de obras finalizadas no exercício.

⁽³⁾ Refere-se a ajustes de amortização decorrentes de alterações ou renovações de concessões.

Taxa média de amortização apurada na Controladora e Consolidado:

	Controladora/Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Sistemas de água	4,69%	4,68%
Esgotamento sanitário	4,73%	4,98%
Sistemas de uso comum	18,41%	19,73%
Direitos de uso	4,69%	5,13%
Outros ativos intangíveis	3,70%	3,57%

Teste de Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos de Vida Longa

A Companhia elaborou estudo técnico de "teste de *impairment*", com o objetivo de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso. Esse estudo baseou-se nos dados do ano de 2019, com projeção de todas as variáveis de produção, faturamento, população atendida, custos, despesas e investimentos no prazo de 30 anos, adotando-se como premissa a renovação dos contratos de concessões vigentes. O resultado demonstrou que não há necessidade de registro de provisão para perda ("*impairment*") de ativos de vida longa.

A Companhia entende possuir uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), pois seus segmentos são entrelaçados e interdependentes para geração de receita.

O valor recuperável da UGC foi baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, a serem gerados pelo uso contínuo da UGC.

O EBITDA projetado está baseado em expectativas de resultados futuros, levando em consideração as premissas de crescimento do negócio, projetadas conforme Estratégias da Companhia. As principais premissas foram:

- Evolução da receita conforme tarifa projetada para o primeiro ano e volume faturado projetado em função da taxa de crescimento da população, do índice de atendimento de cada sistema e metas de atendimento. O que resultou em crescimento médio de 0,5% ao ano, com variações superiores nos primeiros anos em razão do maior volume de investimentos no período inicial;

- Custos e despesas: custos com material de tratamento e energia elétrica estimados com base nos valores de orçamento aprovado para o exercício 2020 e no volume produzido estimado em função da taxa de variação e do índice de atendimento da população para os demais anos; demais custos e despesas estimadas conforme orçamento aprovado para o próximo exercício e mantidas constantes para os demais anos;
- Taxa de desconto estimada após impostos com base na taxa média ponderada do custo de capital em que a UGC opera de 7,94%, com uma alavancagem da dívida de 32,7% e uma taxa de financiamento de 8,83%;
- Preços foram mantidos constantes.

Com essas premissas, o crescimento médio anual do EBITDA em 30 anos foi de aproximadamente 1% ao ano.

A Companhia com base nessas premissas e no cálculo realizado, não identificou *impairment*.

Mudanças razoavelmente possíveis, de +10% ou -10% na data do balanço em cada uma das premissas relevantes, não teriam afetado o cálculo e consequentemente não resultaria em *impairment*.

12. Imobilizado

		Controladora					
		31/12/2019			31/12/2018		
	Taxa média	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Em operação							
Máquinas e equipamentos	23,29%	550.853	(488.270)	62.583	534.814	(465.780)	69.034
Veículos	20,00%	87.337	(74.011)	13.326	79.087	(78.163)	924
Outros	9,72%	35.837	(3.996)	31.841	35.831	(3.883)	31.948
		674.027	(566.277)	107.750	649.732	(547.826)	101.906
Terrenos e edificações	4,47%	3.295.244	(1.812.691)	1.482.553	3.291.751	(1.718.628)	1.573.123
Total em operação		3.969.271	(2.378.968)	1.590.303	3.941.483	(2.266.454)	1.675.029
Total do imobilizado		3.969.271	(2.378.968)	1.590.303	3.941.483	(2.266.454)	1.675.029
		Consolidado					
		31/12/2019			31/12/2018		
	Taxa média	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Em operação							
Máquinas e equipamentos	23,29%	551.614	(488.423)	63.191	535.352	(465.816)	69.536
Veículos	20,00%	87.350	(74.015)	13.335	79.100	(78.165)	935
Outros	9,72%	35.838	(3.996)	31.842	35.832	(3.883)	31.949
		674.802	(566.434)	108.368	650.284	(547.864)	102.420
Terrenos e edificações	4,47%	3.295.244	(1.812.691)	1.482.553	3.291.751	(1.718.628)	1.573.123
Total em operação		3.970.046	(2.379.125)	1.590.921	3.942.035	(2.266.492)	1.675.543
Total do imobilizado		3.970.046	(2.379.125)	1.590.921	3.942.035	(2.266.492)	1.675.543

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

		Controladora				
		Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		69.034	924	31.948	1.573.123	1.675.029
Adições		18.799	14.392	-	-	33.191
Baixas		(311)	(18)	-	-	(329)
Depreciação		(27.807)	(2.236)	(1)	(95.572)	(125.616)
Transferência do ativo de contratos		3.911	264	6	3.121	7.302
Transferências do intangível		(993)	-	-	1.959	966
Outros		(50)	-	(112)	(78)	(240)
Saldos em 31 dezembro de 2019		62.583	13.326	31.841	1.482.553	1.590.303

	Consolidado				
	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	69.536	935	31.949	1.573.123	1.675.543
Adições	19.022	14.392	-	-	33.414
Baixas	(311)	(18)	-	-	(329)
Depreciação	(27.924)	(2.238)	(1)	(95.572)	(125.735)
Transferência do ativo de contratos	3.911	264	6	3.121	7.302
Transferências do intangível	(993)	-	-	1.959	966
Outros	(50)	-	(112)	(78)	(240)
Saldos em 31 dezembro de 2019	63.191	13.335	31.842	1.482.553	1.590.921

	Controladora				
	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	80.438	3.595	31.175	1.654.333	1.769.541
Adições	14.439	9	128	68	14.644
Baixas	(109)	(451)	-	(28)	(588)
Depreciação	(32.084)	(2.813)	(415)	(95.053)	(130.365)
Transferência entre intangível e imobilizado	76	(8)	(116)	(3.160)	(3.208)
Transferências do intangível	6.300	593	-	17.765	24.658
Outros	(26)	(1)	1.176	(802)	347
Saldos em 31 de dezembro de 2018	69.034	924	31.948	1.573.123	1.675.029

	Consolidado				
	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	80.438	3.595	31.175	1.654.333	1.769.541
Adições	14.977	22	128	68	15.195
Baixas	(109)	(451)	-	(28)	(588)
Depreciação	(32.121)	(2.813)	(415)	(95.053)	(130.402)
Transferência entre intangível e imobilizado	76	(8)	(116)	(3.160)	(3.208)
Transferências do intangível	6.300	593	-	17.765	24.658
Outros	(25)	(3)	1.177	(802)	347
Saldos em 31 de dezembro de 2018	69.536	935	31.949	1.573.123	1.675.543

A depreciação da Controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apropriada ao resultado, foi de R\$125.616, sendo R\$113.286 como custo dos serviços prestados, R\$2.854 como despesas com vendas e R\$9.476 como despesas administrativas (R\$130.365, sendo R\$119.397, R\$3.402 e R\$7.566, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não haviam ativos dados em garantia de empréstimos e financiamentos.

13. Direito de Uso de Arrendamento Mercantil

(a) Direitos de uso de arrendamento mercantil (Ativo)

	Controladora		
	Móveis	Veículos	Total
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	7.236	31.186	38.422
Adições	3.404	40.249	43.653
Remensurações	(546)	519	(27)
Depreciação	(3.186)	(21.693)	(24.879)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	6.908	50.261	57.169

	Consolidado		
	Móveis	Veículos	Total
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	7.236	31.186	38.422
Adições	3.441	40.249	43.690
Remensurações	(546)	519	(27)
Depreciação	(3.221)	(21.693)	(24.914)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	6.910	50.261	57.171

(b) Direitos de uso de arrendamento mercantil (Passivo)

	Controladora		
	Imóveis	Veículos	Total
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	7.236	31.186	38.422
Adições	3.404	40.250	43.654
Remensurações	(546)	519	(27)
Contraprestação principal	(2.890)	(20.887)	(23.777)
Contraprestação juros	(462)	(2.796)	(3.258)
Juros	462	2.796	3.258
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7.204	51.068	58.272
Passivo circulante	3.313	33.853	37.166
Passivo não circulante	3.891	17.215	21.106

	Consolidado		
	Imóveis	Veículos	Total
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	7.236	31.186	38.422
Adições	3.442	40.250	43.692
Remensurações	(546)	519	(27)
Contraprestação	(2.925)	(20.887)	(23.812)
Contraprestação principal	(463)	(2.796)	(3.259)
Contraprestação juros	463	2.796	3.259
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7.207	51.068	58.275
Passivo circulante	3.316	33.853	37.169
Passivo não circulante	3.891	17.215	21.106

(c) Despesas de arrendamento mercantil

Classe de ativo	Controlada			Consolidado		
	31/12/2019			31/12/2019		
	Arrendamentos de baixo valor	Arrendamentos de curto prazo	Total	Arrendamentos de baixo valor	Arrendamentos de curto prazo	Total
Máquinas e equipamentos	5.316	-	5.316	5.356	-	5.356
Equipamentos de reprografia e informática	602	-	602	611	-	611
Imóveis	-	1.421	1.421	-	1.457	1.457
Veículos	-	18.811	18.811	-	18.811	18.811
Total	5.918	20.232	26.150	5.967	20.268	26.235

A Companhia, em plena conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Tal vedação gera distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

Assim, para resguardar a representação fidedigna da informação, e para atender orientação das áreas técnicas da CVM visando a preservar os investidores do mercado brasileiro, são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício social encerrado.

Análise do impacto das diferenças					
	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024
Passivo Leasing Saldo Final					
IFRS 16	21.106	9.316	694	139	-
Nota Explicativa	23.044	10.395	805	165	-
	9,18%	11,58%	15,99%	18,71%	
Direito de uso líquido Saldo final					
IFRS 16	19.980	8.533	605	118	-
Nota Explicativa	21.706	9.282	652	130	-
	8,64%	8,78%	7,77%	10,17%	
Despesa financeira					
IFRS 16	(2.567)	(996)	(312)	(25)	(3)
Nota Explicativa	(2.735)	(1.095)	(349)	(29)	(4)
	6,54%	9,94%	11,86%	16,00%	19,18%
Despesa de depreciação					
IFRS 16	(37.189)	(11.447)	(7.927)	(488)	(118)
Nota Explicativa	(37.021)	(11.348)	(7.890)	(484)	(117)
	-0,45%	-0,86%	-0,47%	-0,82%	-0,56%
	IFRS 16	Nota Explicativa			
Despesa financeira	(3.903)	(4.212)			
Despesa de depreciação	(57.169)	(56.860)			
	(61.072)	(61.072)			

Expectativa de inflação futura

Ano	Valor %
2020	3,61
2021	3,75
2022	3,50

Fonte: Boletim Focus - Banco do Brasil de 27 de dezembro de 2019 - IPCA Mediana - Agregado

14. Parceria Público-Privada – PPP - Sistema Produtor Rio Manso

A COPASA MG e a BRK Ambiental - Manso S.A. (antiga Odebrecht Ambiental - Manso S.A.), Sociedade de Propósito Específico (SPE), formalizaram Parceria Público-Privada, na modalidade de Concessão Administrativa, para a ampliação da capacidade do Sistema Produtor de Água Rio Manso, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e prestação de serviços nesse sistema.

Durante a fase de realização de obras, a Companhia reconheceu o ativo intangível conforme o andamento de sua construção e em contrapartida um passivo a ele relacionado, em função do contrato de PPP. As despesas com correção monetária foram capitalizadas no ativo intangível até o início de sua operação em 21 de dezembro de 2015.

As contraprestações para a SPE começaram a ser pagas em janeiro de 2016. O valor amortizado no exercício de 2019 foi de R\$72.410 (R\$67.756 no exercício 2018) e as despesas decorrentes do contrato foram contabilizadas da seguinte forma: R\$75.693 (R\$87.146 em 2018) como despesas de manutenção de sistemas e R\$22.943 (R\$23.171 em 2018) como despesa financeira reconhecida no resultado de acordo com o período de reajuste (correção monetária) contratual.

Para correção do passivo constituído, o índice de reajustamento do contrato está sendo aplicado anualmente no mês de abril e apropriado proporcionalmente ao longo dos 12 meses subsequentes. A movimentação do passivo pode ser demonstrada como segue:

	Controladora/Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	414.870	466.628
Correção	14.959	15.998
Amortização	(64.427)	(48.071)
Juros pagos	(7.983)	(19.685)
Saldo final	357.419	414.870
Passivo circulante	59.985	64.384
Passivo não circulante	297.434	350.487

15. Impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais (i)	76.719	71.699	77.352	72.237
Parcelamento de impostos (ii)	14.289	90.960	14.289	90.960
Obrigações diversas (iii)	163.985	111.691	164.447	111.855
Total	254.993	274.350	256.088	275.052
Passivo circulante	163.648	175.920	164.743	176.622
Passivo não circulante	91.345	98.430	91.345	98.430

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Depósito para obras (iv)	82.139	81.943	82.139	81.943
Obrigações diversas	9.206	3.493	9.206	3.493
Parcelamento de impostos	-	12.994	-	12.994
Passivo não circulante	91.345	98.430	91.345	98.430
Obrigações fiscais	76.719	71.699	77.352	72.237
Obrigações diversas	72.640	26.255	73.102	26.419
Parcelamento de impostos	14.289	77.966	14.289	77.966
Passivo circulante	163.648	175.920	164.743	176.622

(i) Os impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais são compostos por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
INSS	23.722	23.622	24.096	24.003
COFINS	25.117	20.838	25.231	20.871
PIS	5.418	4.497	5.442	4.504
IRRF	13.316	13.618	13.331	13.639
FGTS	4.597	4.764	4.698	4.857
Outros	4.549	4.360	4.554	4.363
Passivo circulante	76.719	71.699	77.352	72.237

(ii) Refere-se a parcelamento de débitos de ISSQN com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, conforme descrito na Nota Explicativa 26.

(iii) As obrigações diversas podem ser assim compostas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações diversas				
Depósito para obras (iv)	82.139	81.943	82.139	81.943
Encontro de contas	8.187	8.495	8.187	8.495
Salários a pagar	46.547	450	46.547	528
Outros	27.112	20.803	27.574	20.889
Total	163.985	111.691	164.447	111.855
Passivo circulante	72.640	26.255	73.102	26.419
Passivo não circulante	91.345	85.436	91.345	85.436

(iv) Refere-se a recursos financeiros da ANA, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES.

16. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante				
Caixa Econômica Federal	31.748	28.529	31.748	28.529
BNDES – Finem	70.656	78.087	70.656	78.087
Finame	16.424	16.551	16.424	16.551
Banco do Brasil ⁽¹⁾	1.152	1.087	1.152	1.087
KfW	50.470	49.482	50.470	49.482
Empréstimos bancários e financiamentos	170.450	173.736	170.450	173.736
Debêntures simples	214.489	441.996	214.489	441.996
Debêntures	214.489	441.996	214.489	441.996
Total circulante	384.939	615.732	384.939	615.732

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Não circulante				
Caixa Econômica Federal	635.486	620.868	635.486	620.868
BNDES - Finem	189.709	259.389	189.709	259.389
Finame	33.675	50.018	33.675	50.018
Banco do Brasil ⁽¹⁾	101.037	96.861	101.037	96.861
KfW	151.029	197.305	151.029	197.305
Empréstimos bancários e financiamentos	1.110.936	1.224.441	1.110.936	1.224.441
Debêntures simples	1.814.362	1.701.895	1.814.362	1.701.895
Debêntures	1.814.362	1.701.895	1.814.362	1.701.895
Total não circulante	2.925.298	2.926.336	2.925.298	2.926.336
Total circulante e não circulante	3.310.237	3.542.068	3.310.237	3.542.068

⁽¹⁾ Dívida originalmente contraída de instituições financeiras externas. Foi inserida em acordo entre o governo brasileiro e a comunidade financeira internacional, para reestruturação da dívida externa do setor público brasileiro com os credores privados internacionais. Nos termos desse acordo, aprovado pelo Senado Federal por meio da Resolução nº 98 de 29 de dezembro de 1992, a dívida foi trocada por bônus emitidos pela União, que se tornou devedora perante os credores externos. Em substituição às parcelas de principal, foram emitidos vários tipos de bônus, sob taxas de juros condizentes com aquelas usuais do mercado financeiro internacional.

(a) Empréstimos e financiamentos

Do valor total dos empréstimos, financiamentos e debêntures, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor em moeda estrangeira totaliza R\$335.207 (R\$344.735 em 31 de dezembro de 2018), sendo R\$106.745 em dólares e R\$228.462 em euros (R\$97.948 em dólares e R\$246.787 em euros em 31 de dezembro de 2018).

Os empréstimos, financiamentos e debêntures, cujo saldo é de R\$3.310.237 em 31 de dezembro de 2019 (R\$3.542.068 em 31 de dezembro de 2018), têm vencimento até 2041 e cupons médios de 6,3% ao ano para

a Controladora e o Consolidado (6,9% ao ano em 31 de dezembro de 2018 para a Controladora e o Consolidado).

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora / Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
2020	-	164.195
2021	163.142	160.546
2022	164.080	161.283
2023	130.221	127.886
2024	154.271	148.192
2025	46.089	44.091
2026 até 2041	453.133	418.248
Total	1.110.936	1.224.441

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Saldo 1º de janeiro	1.398.177	1.407.258
Ingressos de empréstimos e financiamentos	45.210	129.259
Encargos provisionados	84.751	86.855
Variação monetária e cambial	9.021	45.236
Amortização de encargos	(84.896)	(86.885)
Amortização de principal	(170.877)	(183.546)
Saldo 31 de dezembro	1.281.386	1.398.177
Passivo Circulante	170.450	173.736
Passivo Não circulante	1.110.936	1.224.441

Controladora / Consolidado						
Em moeda Nacional	Moeda	Taxa de juros nominal a.a	Atualização Monetária	Ano de vencimento	Valor contábil	Valor contábil
					31/12/2019	31/12/2018
Caixa Econômica Federal	BRL	7,71%	TR	16/03/2039	667.234	649.397
BNDES - Finem	BRL	1,70%	TJLP	15/05/2025	260.365	337.476
Finame	BRL	3,15%		15/01/2025	50.099	66.569
					977.698	1.053.442
Em moeda Estrangeira						
Banco do Brasil	USD	4,27%	USD	10/04/2024	102.189	97.948
KfW	EURO	2,07%	EURO	20/12/2023	201.499	246.787
					303.688	344.735
Empréstimos e financiamentos					1.281.386	1.398.177

(b) Debêntures

Foi concluída, em 15 de fevereiro de 2018, com a publicação do Anúncio de Encerramento, a oferta Pública de Distribuição de Debêntures da 12ª emissão, com Instrumento Particular de Escritura assinado em 20 de dezembro de 2017 e cuja operação foi liquidada em 08 de fevereiro de 2018. Esta operação corresponde à emissão de debêntures não conversíveis, da espécie quirografária, no valor total de R\$268.000, divididas em duas séries, com principal atualizado pelo IPCA, sendo R\$187.385 em debêntures, com valor nominal de emissão de R\$1, emitidas na primeira série, com seis anos de prazo, incluídos três anos de carência à taxa de 5,0642% ao ano; e R\$80.615 em debêntures, com valor nominal de emissão de R\$1 emitidas na segunda série, com oito anos de prazo, incluídos quatro anos de carência à taxa de 5,2737% ao ano, no âmbito da instrução normativa da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº400 e incentivadas, conforme Lei Federal nº 12.431/2011. Os recursos dessa captação estão sendo destinados integral, única e exclusivamente à

ampliação/implantação dos sistemas de esgotamento sanitário dos municípios de Sabará e Divinópolis, incluindo o tratamento dos efluentes.

Foi concluída em 26 de julho de 2018, com a Liquidação Financeira, a Oferta Pública de Distribuição de Debêntures da 13ª emissão, com Instrumento Particular de Escritura assinado em 28 de junho de 2018. Esta operação corresponde à emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, em três séries, no sistema de vasos comunicantes, sendo que a quantidade de debêntures alocada em cada série foi definida conforme procedimento de coleta de intenções de investimento (“Procedimento de *Bookbuilding*”) ocorrido em 20 de julho de 2018, nas seguintes condições: (i) Primeira Série: volume de 92.600 debêntures, encargos financeiros de 106,9% do CDI, com prazo de três anos e carência de três anos; (ii) Segunda Série: volume de 540.000 debêntures, encargos financeiros de 110,0% do CDI, prazo de cinco anos e três anos de carência e (iii) Terceira Série: volume de 67.400 debêntures, encargos financeiros de 6,5010% + IPCA a.a, com prazo de sete anos e quatro anos de carência, totalizando 700.000 (setecentas mil) debêntures, com valor nominal de R\$1, perfazendo o montante de R\$700.000. Os recursos dessa captação estão sendo destinados ao resgate antecipado total da 9ª e 10ª emissões de debêntures e a execução parcial do programa de investimentos da Companhia.

Foi concluída em 26 de junho de 2019, com a Liquidação Financeira, a Oferta Pública de Distribuição de Debêntures da 14ª emissão, com aditamento ao Instrumento Particular de Escritura assinado em 24 de junho de 2019. Essa operação corresponde à emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da Companhia, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 (conforme alterada), da Instrução da CVM nº 476, de 19 de janeiro de 2009 e da Lei das Sociedades por Ações. A emissão foi realizada em 15 de junho de 2019, em duas séries, no sistema de vasos comunicantes, sendo que a quantidade de debêntures alocada em cada série foi definida conforme procedimento de coleta de intenções de investimento (“Procedimento de *Bookbuilding*”) ocorrido em 24 de junho de 2019, nas seguintes condições: (i) Primeira Série: volume de 56.500 debêntures, encargos financeiros de 106,15% do CDI a.a, com prazo de cinco anos e carência de dois anos; (ii) Segunda Série: volume de 142.500 debêntures, encargos financeiros de IPCA + 4,3% a.a, prazo de sete anos e três de carência, totalizando 199.000 (cento e noventa e nove mil) debêntures, com valor nominal de R\$1, perfazendo o montante de R\$199.000.

A movimentação de debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	2.143.891	1.728.841
Ingressos de debêntures	269.944	1.077.853
Encargos provisionados	141.811	144.199
Variação monetária	24.063	27.979
Amortização de encargos	(148.789)	(127.671)
Amortização de principal	(402.067)	(699.996)
Custo de Captação	(1.480)	(8.363)
Amortização do custo de captação	1.478	1.049
Saldo final	2.028.851	2.143.891
Passivo circulante	214.489	441.996
Passivo não circulante	1.814.362	1.701.895

Controladora / Consolidado

	Moeda	Taxa de juros nominal a.a	Atualização monetária	Ano de vencimento	Valor contábil	Valor contábil
					31/12/2019	31/12/2018
Subscrição 3ª emissão						
1ª a 6ª	URTJLP	2,30%	TJLP	16/12/2019	-	16.473
7ª	URTJLP	2,30%	TJLP	16/12/2019	-	2.746
8ª	URTJLP	2,30%	TJLP	16/12/2019	-	8.237
9ª a 11ª	URTJLP	2,30%	TJLP	16/12/2019	-	8.237
12ª a 14ª	URTJLP	2,30%	TJLP	16/12/2019	-	2.746
15ª a 17ª	URTJLP	2,30%	TJLP	16/12/2019	-	8.237
18ª	URTJLP	2,30%	TJLP	16/12/2019	-	2.746
Total 3ª emissão					-	49.422
Subscrição 4ª emissão						
1ª	URTJLP	1,55%	TJLP	15/07/2022	66.481	91.944
2ª	IPCA	9,05%	IPCA	15/08/2022	129.309	166.877
3ª	URTJLP	1,55%	TJLP	15/07/2022	88.020	121.733
Total 4ª emissão					283.810	380.554
Subscrição 5ª emissão						
Única	BRL	9,00%	TR	01/09/2031	206.507	224.002
Total 5ª emissão					206.507	224.002
Subscrição 6ª emissão						
1ª	-	-	-	-	-	-
2ª	BRL	6,02%	IPCA	15/02/2019	-	51.935
Total 6ª emissão					-	51.935
Subscrição 7ª emissão						
1ª	BRL	-	-	15/04/2019	-	131.818
2ª	IPCA	7,39%	IPCA	15/04/2021	69.989	99.007
Total 7ª emissão					69.989	230.825
Subscrição 8ª emissão						
1ª	URTJLP	1,87%	TJLP	15/06/2028	67.191	67.040
2ª	BRL	8,18%	IPCA	15/06/2028	32.755	31.374
Total 8ª emissão					99.946	98.414
Subscrição 11ª emissão						
1ª	URTJLP	2,62%	TJLP	15/01/2031	109.406	76.448
2ª	IPCA	8,85%	IPCA	15/01/2031	50.616	35.398
Total 11ª emissão					160.022	111.846
Subscrição 12ª emissão						
1ª	IPCA	5,06%	IPCA	15/01/2024	204.692	197.964
2ª	IPCA	5,27%	IPCA	15/01/2026	88.144	85.244
Total 12ª emissão					292.836	283.208
Subscrição 13ª emissão						
1ª	BRL	106,9% do DI	-	15/07/2021	95.106	95.243
2ª	BRL	110,0% do DI	-	15/07/2023	555.043	555.864
3ª	IPCA	6,50%	IPCA	15/07/2025	72.311	69.892
Total 13ª emissão					722.460	720.999
Subscrição 14ª emissão						
1ª	BRL	106,15% do DI	-	15/06/2024	56.603	-
2ª	IPCA	4,30%	IPCA	15/06/2026	143.993	-
Total 14ª emissão					200.596	-
Total de debêntures					2.036.166	2.151.205
Custo de Captação					(7.315)	(7.314)
Total					2.028.851	2.143.891

Os montantes registrados no passivo não circulante de debêntures têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora / Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
2020	-	168.193
2021	312.843	293.052
2022	503.941	456.675
2023	479.829	414.950
2024	167.348	112.692
2025	124.400	80.419
2026 até 2041	231.565	183.228
Custo de Captação	(5.564)	(7.314)
Total	1.814.362	1.701.895

(c) Cláusulas contratuais restritivas – Covenants e garantias

A Companhia possui empréstimos e financiamentos e debêntures com determinadas condições contratuais, que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em determinados índices financeiros e com periodicidade de apuração do resultado distintas, conforme estabelecido nos respectivos contratos. Alguns contratos preveem que, no caso de descumprimento desses índices, a Companhia apresente garantias reais adicionais ao credor ou restabeleça os índices financeiros previstos nos contratos em determinado prazo. Finalmente, caso não se obtenha a dispensa temporária de cumprimento desses índices, o credor poderá decretar vencimento antecipado da dívida.

A Companhia mantém cauções em valores monetários, conforme citado na Nota Explicativa 08, além de garantia de cessão fiduciária de sua arrecadação, conforme Nota Explicativa 23.1 (e). Ambas as garantias ocorrem durante o prazo de vigência ou do período de carência das dívidas contratadas.

Além das garantias financeiras prestadas aos credores, no âmbito de suas dívidas constituídas, a Companhia vem cumprindo obrigações não financeiras específicas e particulares para cada um dos contratos.

17. Provisão para Demandas Judiciais

(a) Demandas judiciais provisionadas

A composição das provisões para demandas judiciais está assim demonstrada:

	Controladora					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Contin-gências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contin-gências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Cíveis	83.544	(12.456)	71.088	39.644	(12.642)	27.002
Trabalhistas	71.300	(8.235)	63.065	59.098	(9.709)	49.389
Tributárias	12.511	(437)	12.074	1.558	(1.558)	-
Ambientais	46.221	-	46.221	53.619	-	53.619
Total	213.576	(21.128)	192.448	153.919	(23.909)	130.010

	Consolidado					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Contin-gências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contin-gências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Cíveis	83.940	(12.717)	71.223	40.003	(12.961)	27.042
Trabalhistas	71.453	(8.261)	63.192	59.159	(9.745)	49.414
Tributárias	12.511	(437)	12.074	1.558	(1.558)	-
Ambientais	46.221	-	46.221	53.619	-	53.619
Total	214.125	(21.415)	192.710	154.339	(24.264)	130.075

A movimentação das provisões para demandas judiciais está assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018, antes da compensação de depósitos judiciais	153.919	154.339
Adições	82.013	82.259
Atualizações	6.642	6.665
Reversões	(11.052)	(11.104)
Baixas	(17.946)	(18.034)
Total provisões	213.576	214.125
Compensação de depósitos judiciais	(21.128)	(21.415)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	192.448	192.710

As adições e reversões referem-se a inclusão de novos processos e reavaliações de prognósticos de perda em processos judiciais que foram realizadas no âmbito do Fórum de Contingências da COPASA MG, para revisão e validação dos riscos indicados pela área jurídica nos processos contra a Companhia, com base em jurisprudências ou sentenças prolatadas pelo judiciário. As atualizações referem-se à correção monetária do saldo provisionado.

As movimentações podem ser assim resumidas:

1. Adições no valor de R\$82.013, referentes à atualização monetária do saldo provisionado, reclassificação de risco e constituição de provisão com destaque para as ações cíveis citadas nos itens 1 e 3 e para a provisão tributária descrita abaixo.
2. Reversões no valor de R\$11.052, com destaque para reversão da provisão da Lei Estadual nº12.503/97, como resultado do aumento dos investimentos em preservação ambiental utilizando recursos do programa pró-mananciais, além de diversas ações trabalhistas de forma pulverizada.
3. Baixas no valor de R\$17.946 com destaque para 27 processos administrativos originados de inspeção e autuação feita pela Delegacia Regional do Trabalho, destacando um de valor pecuniário, que decorre da ausência de reflexos de horas extras no repouso semanal remunerado, entendendo a Fiscalização do Trabalho que isso implica significativa subtração de salário. Em razão disso, foram lavrados autos de infração com multa incidente a cada empregado que se encontrava nessa situação. Essa multa teve repercussão nos depósitos de FGTS e multa fundiária. Para o processo 0000200-79.2007.5.03.0025, de maior valor, houve decisão desfavorável do Tribunal Superior do Trabalho - TST (AIRR 240-61.2007.5.03.0025 e AIRR 241-46.2007.5.03.0025 – 7ª Turma; autos de infração 013153994, 013201310, 013201298, 013201301, 013153986 e 013153978 – MTE SRTE/MG), no valor de R\$5.974. Além desse ocorreram reversões de diversas ações trabalhistas de forma pulverizada.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017, antes da compensação de depósitos judiciais	150.882	151.242
Adições	36.013	36.152
Atualizações	7.568	7.587
Reversões	(5.377)	(5.384)
Baixas	(35.167)	(35.258)
Total provisões	153.919	154.339
Compensação de depósitos judiciais	(23.909)	(24.264)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	130.010	130.075

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, existindo grande pulverização no número e no valor dos processos. Os principais estão listados nos incisos a seguir:

(i) Provisões cíveis

As provisões cíveis relacionam-se a processos de indenização por danos morais e materiais ou pedidos de reembolso relativo a pagamentos a maior ou em duplicidade. A COPASA MG estima a provisão com base nos valores faturados passíveis de questionamento e em decisões judiciais recentes.

1. O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ação civil pública que teve sua decisão desfavorável à Companhia, no sentido de declarar a nulidade do aumento da tarifa de coleta de esgoto realizada pela COPASA MG, a partir de setembro de 2012, e determinando à Companhia, a restituir para todos os consumidores do Município de Pará de Minas, de forma simples, a quantia recebida indevidamente, proveniente deste aumento, no prazo de 90 dias, contados do trânsito em julgado. O valor em 31 de dezembro de 2019 é de R\$21.527.

2. O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou, em 2005, ação de indenização por danos ambientais causados à Lagoa Central no Município de Lagoa Santa, sendo a COPASA MG condenada a pagar a referida indenização. Atualmente, o processo encontra-se com recurso interposto perante o Superior Tribunal de Justiça. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$6.309 (R\$6.104 em 31 de dezembro de 2018).

3. O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou, em 2003, ação civil coletiva que teve como objeto a devolução simples aos usuários, dos valores relativos ao reajuste de março de 2003 sob o fundamento de que os referidos valores foram cobrados no mesmo mês em que o reajuste foi autorizado quando deveriam ter sido aplicados 30 dias decorridos do prazo autorizado. A ação teve decisão desfavorável para a COPASA MG e encontra-se em fase de liquidação de sentença, aguardando realização de perícia judicial. A Companhia efetuou provisionamento com vistas à proposição de acordo judicial objetivando a finalização da ação. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$16.177.

(ii) Provisões tributárias

O Município de Montes Claros propôs ação de execução fiscal visando o recebimento dos créditos tributários inscritos nas Certidões de Dívida Ativa nºs 3496/2015; 3497/2015; 3498/2015 e 3499/2015, no valor de R\$9.021. Trata-se de execução de crédito tributário municipal relativo a ISSQN, do período anterior à publicação da Lei Complementar nº 116/2003, entre janeiro de 2000 e dezembro de 2003, em que a COPASA MG não possuía isenção de tributos municipais. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais entendeu que o imposto é devido ao Município de Montes Claros. O valor apurado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$10.854.

(iii) Provisões trabalhistas

As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta, em sua maioria, estão relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, horas extras, horas "*in itinere*", adicionais de insalubridade e periculosidade, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função e questionamentos de demissão por justa causa. A Companhia provisiona todas as ações trabalhistas classificadas como risco de perda provável.

1. Existe uma ação trabalhista coletiva, processo 0102100-74.2008.5.03.0024, em curso na 24ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, conexa à ação civil pública, pela qual o SINDÁGUA e o Ministério Público do Trabalho questionam a extinta política de desligamento e o programa motivacional adotado pela Companhia, pleiteando a reintegração dos empregados desligados sob essa política, com o pagamento de salários vincendos e vencidos. Nesse processo, a COPASA MG obteve êxito em 1ª instância, mas a decisão foi reformada em 2ª instância e encontra-se atualmente pendente de decisão do Tribunal Superior do Trabalho. Em 24 de fevereiro de 2018, foi prolatado acórdão do Tribunal Superior do Trabalho, que negou provimento ao Agravo de Instrumento em Recurso de Revista, interposto pela COPASA MG. Foi estimado como perda provável, cujo valor foi determinado a partir de cálculos efetivados sob diretrizes e fundamentos jurídicos postos pelos advogados contratados para a condução do processo, sendo o valor provisionado em 31 de dezembro de 2019 de R\$31.710 (R\$30.090 em 31 de dezembro de 2018).

(iv) Provisões ambientais

A Lei Estadual nº 12.503/97 impõe à Companhia, na condição de concessionária de serviços públicos, a obrigação de proteger e preservar o meio ambiente, por meio de investimento de 0,5% do valor total da receita operacional apurada nos municípios onde opera, e um terço deve ser destinado à reconstituição da vegetação ciliar ao longo dos cursos d'água.

Para mitigar os riscos eminentes e preservar a Companhia de impactos negativos em seu resultado, decorrentes de decisões judiciais contrárias ao seu pleito quanto à suspensão de todos os processos judiciais em que se discute a constitucionalidade da referida Lei, a Companhia mantém o valor de R\$46.221 provisionado em 31 de dezembro de 2019 (R\$53.605 em 31 de dezembro de 2018).

Demandas judiciais não provisionadas

A COPASA MG discute em juízo outras ações para as quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações não foi constituída provisão para eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa na esfera judicial.

Os processos em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Cível (i)	438.571	404.230	447.197	415.103
Trabalhista (ii)	39.360	40.854	39.394	41.140
Tributária (iii)	67.073	38.140	67.073	4.662
Total	545.004	483.224	553.664	460.905

(i) Cível

Referem-se a ações ajuizadas por clientes, Ministério Público Estadual e da União, Municípios, associações, etc., que pleiteiam a tutela jurisdicional no que diz respeito a diversos assuntos, excetuadas as demandas de natureza tributária e trabalhista, estando distribuídas em diversas instâncias, varas judiciais e juizados especiais e podem ser divididas em:

Ações individuais

A Companhia e sua Controlada são partes em um número significativo de ações individuais indenizatórias em razão de supressão de fornecimento de água e danos causados por obras. Tais ações foram propostas no curso normal de nossos negócios e envolvem danos morais e materiais, tais como indenizações por danos a imóveis e automóveis e acidentes causados durante a exploração de nossas atividades, entre outras matérias. A Administração não acredita que tais ações judiciais causarão, isoladamente ou em conjunto, efeito material adverso sobre os resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas de negócios da Companhia e de sua Controlada.

As ações individuais mais relevantes, estão descritas abaixo:

1. Ação de execução provisória de multa relativa a alegado descumprimento de ordem judicial que tem como objeto o contínuo fornecimento de água tratada no Município de Ubá, nos autos de ação civil pública. A referida execução provisória ainda está pendente de julgamento, em trâmite perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Ubá. O valor em 31 de dezembro de 2019 é de R\$92.970 (R\$89.941 em 31 de dezembro de 2018).
2. Ação ajuizada por Augusta Silva Seabra e outros, alegando que é legítima proprietária e possuidora de imóvel situado no Bairro Nova Suíça, na Cidade de Nova Lima, sendo a sua área total de 76.735 m².

Sustenta que, no ano de 1999, a Requerida teria invadido a área em questão, sem nenhum decreto expropriatório, tendo cercado uma área de 28.334 m² para abastecimento da cidade de Belo Horizonte. Tendo isso em vista, pede a reintegração na posse do imóvel restituindo a área cercada "nas mesmas condições". Subsidiariamente, pede indenização pelo valor de mercado do imóvel, avaliado em R\$6.288. Tem-se que a propriedade da área reivindicada não está sequer comprovada pela Parte Autora, na forma que exige a ação petítória. De outro lado, a vasta documentação acostada (transmissão da área à COPASA MG, por meio de contrato de Concessão com o Município de Belo Horizonte, os croquis, memoriais descritivos e as cartas de sentença em favor da Companhia) pela Requerida demonstra a insubsistência do pleito. O valor em 31 de dezembro de 2019 é de R\$15.184 (R\$14.690 em 31 de dezembro de 2018).

3. Ação Reivindicatória proposta por Sebastiana Ferreira Guimarães Scarabelli e outros, em que os autores alegam, em síntese, que seriam herdeiros de um imóvel localizado em Padre Carvalho, onde foi instalada a ETE da COPANOR, imóvel que descobriram após o falecimento do pai e o levantamento de bens para o inventário. Está, atualmente, em fase de perícia técnica para apuração dos fatos. Em princípio, o levantamento feito pela própria COPANOR indica que o imóvel tratado na ação não é o mesmo em que se encontra a ETE e, mais, que aquele reivindicado pelos Autores já teria sido vendido a terceiros (Empresa Florestal). Contudo, a Companhia aguarda o resultado do laudo pericial. O valor em 31 de dezembro de 2019 é de R\$5.379 (R\$5.204 em 31 de dezembro de 2018).

Ações coletivas

A Companhia é parte em ações cíveis públicas e ações populares que pleiteiam a anulação, suspensão ou impugnação de 17 de nossos contratos de concessão, firmados com os municípios de Andradas, Araçuaí, Barbacena, Betim, Caratinga, Cataguases, Confins, Congonhas, Curvelo, Divinópolis, Fronteira, Esmeraldas, Guaxupé, Guidoal, Igaratinga, João Pinheiro, Mirabela, Lagoa Santa, Miraí, Nanuque, Paracatu, Patos de Minas, Pirapetinga, Ribeirão das Neves, São Gotardo, Sabará, São Sebastião do Paraíso, Serra da Saudade, Tiros e Vazante. Essas ações foram classificadas com possibilidade de perda possível ou remota, e, em razão disso, não foram constituídas provisões. Ressalta-se ainda a existência de precedente favorável à Companhia, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em caso análogo, bem como pareceres de renomados juristas sobre o assunto também favoráveis ao nosso posicionamento, ou seja, à legalidade dos contratos de concessão celebrados.

(ii) Trabalhistas

As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta, em sua maioria, estão relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, horas extras, horas "*in itinere*", adicionais de insalubridade e periculosidade, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função e questionamentos de demissão por justa causa, e a responsabilidade subsidiária, nos processos relativos às empreiteiras, prestadores de serviços e fornecedores.

Todos os processos trabalhistas são, inicialmente, classificados como de perda possível e periodicamente, a classificação do risco de perda, o valor de contingenciamento e o valor de provisão contábil são revistos e alterados, conforme as decisões proferidas, em cada uma das fases do andamento processual.

(iii) Tributárias

A Companhia avaliou o momento do aproveitamento de créditos de PIS e COFINS, à luz do disposto nas Leis nºs 11.488/07, 11.638/07 e 12.973/14. A COPASA MG, amparada em parecer de assessores legais externos sobre a interpretação do momento do aproveitamento destes créditos, entende ser adequado o procedimento atualmente adotado. Na inaceitabilidade do tratamento tributário, a Companhia estima que as despesas fiscais adicionais seriam de aproximadamente R\$55.146, e os assessores legais externos avaliam que é possível que a COPASA MG tenha sucesso na defesa numa eventual discussão judicial.

18. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

(a) Imposto de renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro do exercício antes dos impostos e contribuições	1.022.304	731.872	1.022.304	731.872
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa esperada à taxa nominal	(347.583)	(248.836)	(347.583)	(248.836)
IRPJ e CSLL sobre:				
(Adições) /exclusões				
Equivalência patrimonial	(4.343)	(4.419)	-	-
Doações e subvenções	210	-	210	-
Outras (adições) /exclusões	(125)	574	(4.468)	(3.845)
Outros itens de reconciliação				
Juros sobre o capital próprio	71.600	93.460	71.600	93.460
Incentivos fiscais	12.311	6.049	12.311	6.049
IRPJ e CSLL	(267.930)	(153.172)	(267.930)	(153.172)
Alíquota efetiva	26,21%	20,93%	26,21%	20,93%
IRPJ e CSLL correntes	(298.169)	(155.605)	(298.169)	(155.605)
IRPJ e CSLL diferidos	30.239	2.433	30.239	2.433
IRPJ e CSLL	(267.930)	(153.172)	(267.930)	(153.172)

O IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado de R\$30.239 são compostos pelo valor líquido das diferenças temporárias movimentadas no resultado do período de R\$30.073 acrescentado pelo IR e CS diferidos da amortização, constante no resultado abrangente de R\$166.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das Demonstrações Financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para utilização na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Valores de movimentação do diferido:

	Controladora / Consolidado			31/12/2019
	31/12/2018	Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	
No ativo				
Imposto de renda e contribuição social				
Diferenças temporárias				
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	15.551	-	(687)	14.864
Provisão para demandas judiciais	52.014	-	20.283	72.297
Provisão para perdas do passivo atuarial - resultados abrangentes	20.835	17.296	-	38.131
Saldo a depreciar de ativos cedidos	51.124	-	(2.727)	48.397
Diferença de amortização gerada pelo desconto do ativo financeiro	110.092	-	16.578	126.670
Provisão do ISSQN - encontro de contas PBH	8.087	-	(6.931)	1.156
Variação cambial sobre empréstimos	14.611	-	(3.623)	10.988
Outras provisões temporárias diversas	18.151	-	16.195	34.346
Total do ativo	290.465	17.296	39.088	346.849

No passivo

Imposto de renda e contribuição social				
Variação cambial sobre empréstimos	5.081	-	(136)	4.945
Margem da receita de construção diferida	34.939	-	(1.786)	33.153
Capitalização do ativo financeiro descontado	68.265	-	10.936	79.201
Custo de captação pela emissão de debêntures	2.487	-	1	2.488
Mudança no ativo financeiro a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	19.801	3.353	-	23.154
Total do passivo	130.573	3.353	9.015	142.941

Total líquido

159.892	13.943	30.073	203.908
----------------	---------------	---------------	----------------

	Controladora / Consolidado			31/12/2018
	31/12/2017	Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	
No ativo				
Imposto de renda e contribuição social				
Diferenças temporárias				
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	10.598	-	4.953	15.551
Provisão para demandas judiciais	47.460	-	4.554	52.014
Provisão para perdas do passivo atuarial - resultados abrangentes	4.928	15.907	-	20.835
Saldo a depreciar de ativos cedidos	53.851	-	(2.727)	51.124
Diferença de amortização gerada pelo desconto do ativo financeiro	95.126	-	14.966	110.092
Provisão do ISSQN - encontro de contas PBH	15.018	-	(6.931)	8.087
Variação cambial sobre empréstimos	10.405	-	4.206	14.611
Outras provisões temporárias diversas	18.425	-	(274)	18.151
Total do ativo	255.811	15.907	18.747	290.465

	Controladora / Consolidado			31/12/2018
	31/12/2017	Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	
No passivo				
Imposto de renda e contribuição social				
Variação cambial sobre empréstimos	5.768	-	(687)	5.081
Margem da receita de construção diferida	36.686	-	(1.747)	34.939
Capitalização do ativo financeiro descontado	54.422	-	13.843	68.265
Custo de captação pela emissão de debêntures		-	2.487	2.487
Mudança no ativo financeiro a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	22.870	(3.069)	-	19.801
Total do passivo	119.746	(3.069)	13.896	130.573
Total líquido	136.065	18.976	4.851	159.892

Em 20 de fevereiro de 2020, o Conselho Fiscal examinou e o Conselho de Administração aprovou o estudo técnico referente ao exercício de 2019, elaborado pela Companhia, referente à projeção de lucratividade futura, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido.

Em atendimento à Instrução CVM Nº 371, de 27 de junho de 2002, a Companhia apresenta histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitem a recuperação de créditos tributários contidos no ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2019. O saldo do ativo diferido registrado na contabilidade é R\$346.849, desse total são descontados os valores reconhecidos no patrimônio líquido, que representam R\$40.848, totalizando o crédito fiscal a recuperar no montante de R\$306.001, conforme demonstrado a seguir:

Composição do ativo fiscal diferido a recuperar	Controladora / Consolidado
Total do ativo diferido	346.849
Provisão para perdas do passivo atuarial - resultado abrangente	(38.131)
Outras provisões temporárias - patrimônio líquido	(2.717)
Total do ativo fiscal diferido a recuperar	306.001

Assim, as projeções de resultados demonstram que a empresa deverá obter lucros suficientes para recuperar os tributos pagos, conforme a estimativa de realização do ativo fiscal diferido, a seguir:

Realização do ativo diferido	Controladora / Consolidado
Em 2020	37.044
Em 2021	32.512
Em 2022	14.337
Em 2023	14.212
Em 2024	14.212
Em 2025	14.198
Em 2026	10.583
Em 2027	3.354
Em 2028	3.353
Em 2029	3.353
Após 2029	158.843
Total	306.001

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os exercícios.

19. Convênio de Cooperação Técnica

O saldo de convênios no ativo está assim composto:

	Controladora			
	A receber	Adiantamento	Líquido	
31 de dezembro de 2019				
Estado	-	(3.847)	(3.847)	
Outros	204.587	(164.675)	39.912	
Total	204.587	(168.522)	36.065	
31 de dezembro de 2018				
Estado	65.183	(47.896)	17.287	
Outros	315.705	(223.850)	91.855	
Total	380.888	(271.746)	109.142	
	Consolidado			
	A receber	Adiantamento	Líquido	
31 de dezembro de 2019				
Estado	558.765	(562.591)	(3.826)	
Outros	204.587	(164.675)	39.912	
Total	763.352	(727.266)	36.086	
31 de dezembro de 2018				
Estado	636.649	(607.495)	29.154	
Outros	315.705	(223.850)	91.855	
Total	952.354	(831.345)	121.009	
	Controladora	Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo Circulante	471	109.142	492	121.009
Ativo Não circulante	35.594	-	35.594	-
	36.065	109.142	36.086	121.009

O saldo de convênios no passivo está assim composto:

	Controladora/ Consolidado		
	Adiantamento	A receber	Líquido
31 de dezembro de 2019			
Outros	49.736	(43.242)	6.494
Total	49.736	(43.242)	6.494
	Controladora/Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	
Passivo Circulante	3.326	-	
Passivo Não circulante	3.168	-	
	6.494	-	

20. Obrigações de Benefício de Aposentadoria

Os valores e as informações das obrigações de benefícios de aposentadoria estão demonstrados a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações de curto prazo	25.561	23.748
Obrigações de longo prazo	136.007	105.483
	161.568	129.231
Contribuições normais	16.609	15.598
Total das obrigações registradas no balanço patrimonial ⁽¹⁾	178.177	144.829

⁽¹⁾ Com a instituição da paridade contributiva a Companhia passou a contribuir mensalmente com o mesmo valor da contribuição dos empregados participantes, incluindo a contribuição extraordinária, o que gerou um passivo cujo valor em 31 de dezembro de 2019 é de R\$30.001 (R\$52.713 em 31 de dezembro de 2018).

Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração de resultado com benefícios de planos de pensão:

	31/12/2019	31/12/2018
Plano RP1 – Benefício Definido (BD)	717	1.198
Plano COPASA Saldado – Benefício Definido (BD)	9.441	7.260
Novo Plano COPASA – Contribuição Definida (CD)	(131)	(316)
	10.027	8.142
Remensurações atuariais reconhecidas no resultado abrangente do exercício	(33.576)	(30.877)
Ganhos / perdas atuariais acumuladas no resultado abrangente até o exercício	74.019	40.442

Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes são:

	31/12/2019	31/12/2018
	Perda Bruta	Perda Bruta
Perdas (ganhos) atuariais	226.054	45.416
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	(169.926)	2.929
Mudança no efeito do teto de ativo	(228)	(1.476)
Mudança no efeito da restrição da obrigação atuarial	(5.028)	(85)
Custo total reconhecido em ORA	50.872	46.784

	31/12/2019		
	Perda Bruta	Imposto	Perda Líquida
Plano RP1 – Benefício Definido (BD)	593	202	391
Plano COPASA Saldado – Benefício Definido (BD)	49.363	16.783	32.580
Novo Plano COPASA – Contribuição Definida (CD)	916	311	605
	50.872	17.296	33.576

	31/12/2018		
	Perda Bruta	Imposto	Perda Líquida
Plano RP1 – Benefício Definido (BD)	596	203	393
Plano COPASA Saldado – Benefício Definido (BD)	1.095	372	723
Novo Plano COPASA – Contribuição Definida (CD)	45.093	15.332	29.761
	46.784	15.907	30.877

A Companhia assinou, em 07 de dezembro de 1982, convênio de adesão e tornou-se patrocinadora da Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais - FUNDASEMG, cujos direitos e obrigações foram posteriormente assumidos pela PREVIMINAS, atualmente Fundação Libertas, que foi criada com o objetivo de complementar a aposentadoria dos funcionários participantes, assegurando a manutenção do seu plano de benefícios definidos na referida Fundação. A contribuição da Companhia é equivalente à dos empregados participantes, em conformidade com as Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e seu valor é determinado a partir de estudos atuariais previamente elaborados.

A partir de 1º de novembro de 2010, a Companhia passou a ter três planos distintos: a) o atual Plano RP1-BD (Benefício Definido) que foi fechado para novas adesões, mas que continua ativo e recebendo contribuições dos que não optaram pela migração para os outros planos; b) o Plano COPASA Saldado-BD (Benefício Definido), criado apenas para administrar os benefícios dos empregados provenientes do saldamento; e c) o Novo Plano COPASA-CD (Contribuição Definida) que foi criado para a migração de todos os participantes e assistidos do antigo plano BD e para inclusão dos novos empregados e dirigentes. Em dezembro de 2019 o Plano RP1 possui 97 participantes ativos, 12 remidos e 161 assistidos; o Plano COPASA Saldado 1.104 participantes ativos, 3 remidos e 1.968 assistidos; e o Novo Plano COPASA 10.332 participantes ativos e 999 assistidos.

Os benefícios oferecidos pelo Plano RP1-BD, que se encontra fechado para novas adesões, são: suplementações de aposentadoria por invalidez, idade, tempo de contribuição e especial, além de auxílio doença, pensão, auxílio reclusão e pecúlio por morte.

Os benefícios oferecidos pelo Plano COPASA Saldado-BD são: a) participantes ativos, autopatrocinados e assistidos: benefício saldado de aposentadoria programada; b) beneficiário de assistido de origem do plano de benefício definido: benefício saldado de pensão por morte e benefício saldado de pecúlio por morte; e c) participante remido ou beneficiário de participante remido: benefício saldado decorrente de opção pelo instituto do benefício proporcional diferido.

Os benefícios oferecidos pelo Novo Plano COPASA-CD são: a) para os participantes que migraram do plano de benefício definido para este plano, será reconhecido o tempo de permanência no plano anterior, para efeito de cumprimento de carência no plano novo; e b) para os novos participantes os benefícios garantidos são o de benefício proporcional diferido, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio de reclusão e abono anual.

As premissas atuariais utilizadas nos planos de benefícios mantidos pela Companhia são revisadas regularmente e podem apresentar divergências com os resultados reais observados a partir de mudanças de mercado e condições econômicas, fatos regulatórios, regulamentos judiciais, aumento ou diminuição nos índices de demissões, na expectativa de vida dos participantes, na volatilidade dos ativos do plano, variação na rentabilidade dos títulos e inflação.

As diretrizes de investimentos para os ativos dos planos são definidas pelo Conselho Deliberativo da Fundação Libertas, com base nas normas legais vigentes.

a) Valores consolidados do passivo

Os valores referentes aos três planos de benefício reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	31/12/2019	31/12/2018
Valor presente das obrigações financiadas	(1.457.242)	(1.195.357)
Valor justo dos ativos do plano	1.328.678	1.101.604
Efeito do teto do ativo	(32.693)	(30.139)
Restrição do déficit contratado	(312)	(5.340)
Passivo líquido do plano	(161.569)	(129.232)
	31/12/2019	31/12/2018
Em 1º de janeiro	1.195.357	1.111.006
Custo do serviço corrente	144	(1)
Custo financeiro	104.858	106.299
Contribuições dos participantes do plano	1.135	1.142
Remensurações atuariais	226.054	45.418
Benefícios pagos pelo plano	(71.410)	(69.491)
Contribuições extraordinária ativos	277	222
Contribuições extraordinária assistidos	827	762
Valor presente das obrigação financiadas em 31 de dezembro	1.457.242	1.195.357

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios é a seguinte:

	31/12/2019	31/12/2018
Em 1º de janeiro	1.101.604	1.043.048
Retorno real sobre os ativos do plano	267.682	98.156
Contribuições do empregador	27.526	26.840
Contribuições dos empregados	1.135	1.142
Benefícios pagos	(71.410)	(69.491)
Contribuições extraordinária ativos	277	222
Contribuições extraordinária assistidos	827	762
Contribuições extraordinária patrocinadora	1.037	925
Valor justo em 31 de dezembro	1.328.678	1.101.604

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2019	31/12/2018
Custo dos serviços correntes	144	(1)
Custo financeiro	104.858	106.299
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(97.757)	(101.085)
Juros sobre o efeito do teto do ativo	2.782	2.929
	10.027	8.142

b) Valores segregados por Plano de benefício:

1) Plano de benefícios RP1-BD

	31/12/2019	31/12/2018
Valor presente das obrigações financiadas	(72.830)	(58.478)
Valor justo dos ativos do plano	63.763	49.937
Restrição do déficit contratado	(312)	(5.340)
Passivo líquido do plano	(9.379)	(13.881)

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Em 1º de janeiro	58.478	54.756
Custo do serviço corrente	235	252
Custo financeiro	5.243	5.268
Contribuições dos participantes do plano	342	343
Remensurações atuariais	11.871	1.283
Benefícios pagos pelo plano	(3.339)	(3.424)
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro	72.830	58.478

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	31/12/2019	31/12/2018
Em 1º de janeiro	49.937	42.219
Retorno real sobre os ativos do plano	11.011	4.924
Contribuições do empregador	5.812	5.875
Contribuições dos empregados	342	343
Benefícios pagos	(3.339)	(3.424)
Valor justo em 31 de dezembro	63.763	49.937

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão pós-emprego com benefícios definidos durante o próximo exercício fiscal é de R\$6.027.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Custo dos serviços correntes	235	252
Custo financeiro	5.243	5.268
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(4.761)	(4.322)
Provisão para plano de benefícios	717	1.198

As despesas com plano de pensão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$717 (R\$1.198 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018) foram reconhecidas no resultado, sendo R\$967 em "despesas financeiras" e R\$250 reduzindo "outras despesas operacionais" (R\$1.518 em "outras despesas financeiras" e R\$320 em "outras despesas operacionais" em 31 de dezembro de 2018).

O retorno real sobre os ativos do plano no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$11.011 (R\$4.924 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	<u>Crédito unitário projetado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Taxa anual de desconto	7,16% a.a.	9,24% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	7,16% a.a.	9,24% a.a.
Aumento anual de salário	5,36% a.a.	5,77% a.a.
Aumento anual de benefícios	3,70% a.a.	4,00% a.a.
Taxa de inflação	3,70% a.a.	4,00% a.a.
Tábua de mortalidade geral	BR-EMSsb-2015 (M&F)	BR-EMSsb-2015 (M&F)
Tábua de entrada em invalidez	Light Forte	Light Forte
Tábua de mortalidade de inválidos	MI 85 F	MI 85 F
Rotatividade	0,00% a.a.	0,00% a.a.

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como no *target* de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2018.

Categorias dos ativos do Plano RP1-BD

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Disponível	-	-
Realizável (previdencial e administrativo)	6,17%	9,22%
Títulos Públicos	12,59%	12,90%
Renda Fixa	78,37%	76,17%
Ações	2,05%	0,87%
Empresas Emergentes	0,04%	0,04%
Fundos de Participações	-	-
Investimentos imobiliários	0,41%	0,41%
Empréstimos e financiamentos	0,37%	0,39%
Outros - Depósitos Judiciais	-	-
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%

Análises de sensibilidade das principais hipóteses

	Tábua biométrica		Taxa de juros		Posição em
	+ 10%	-10%	+ 0,25%	-0,25%	31/12/2019
Montante do:					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	71.551	74.228	70.482	75.309	72.829
Valor justo dos ativos do plano	63.762	63.763	63.762	63.763	63.763
Superávit / (déficit) técnico do plano	(7.789)	(10.465)	(6.720)	(11.546)	(9.066)
Variações:					
Aumento / redução da obrigação atuarial	-1,75%	1,92%	-3,22%	3,41%	
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-	-	-	
Aumento / redução do superávit (déficit) do plano	-14,09%	15,43%	-25,89%	27,35%	

2) Plano COPASA Saldado-BD

	31/12/2019	31/12/2018
Valor presente das obrigações financiadas	(1.374.648)	(1.128.794)
Valor justo dos ativos do plano	1.222.457	1.013.443
Requisitos de fundamentos mínimos (passivo adicional)	-	-
Passivo líquido do plano	(152.191)	(115.351)

A movimentação do valor referente da obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Em 1º de janeiro	1.128.794	1.050.376
Custo financeiro	98.916	100.479
Remensurações atuariais	212.983	42.416
Benefícios pagos pelo plano	(67.149)	(65.461)
Contribuições extraordinária ativos	277	222
Contribuições extraordinária assistidos	827	762
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro	1.374.648	1.128.794

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	31/12/2019	31/12/2018
Em 1º de janeiro	1.013.443	966.269
Retorno real sobre os ativos do plano	253.094	90.541
Contribuições do empregador	20.928	20.185
Benefícios pagos	(67.149)	(65.461)
Contribuições extraordinária ativos	277	222
Contribuições extraordinária assistidos	827	762
Contribuições extraordinária patrocinadora	1.037	925
Valor justo em 31 de dezembro	1.222.457	1.013.443

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos durante o próximo exercício fiscal é de R\$21.702.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Custo financeiro	98.916	100.479
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(89.475)	(93.219)
Provisão para plano de benefícios	9.441	7.260

As despesas com plano de pensão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$9.441 (R\$7.260 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018) foram reconhecidas no resultado R\$2.725 em “despesas financeiras” e R\$6.716 em “outras despesas operacionais” (R\$4.325 em “outras despesas financeiras” e R\$2.935 em “outras despesas operacionais” em 31 de dezembro de 2018).

O retorno real sobre os ativos do plano no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$253.094 (R\$90.541 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Crédito unitário projetado	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Taxa de desconto (nominal)	6,97% a.a.	9,03% a.a.
Retorno esperado dos ativos do plano	6,97% a.a.	9,03% a.a.
Aumento anual de benefícios	3,70% a.a.	4,00% a.a.
Taxa de inflação	3,70% a.a.	4,00% a.a.
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 B S10% (M&F)	AT 2000 B S10% (M&F)
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 M	AT 49 M
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no *target* de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2019.

Categorias dos ativos do Plano COPASA Saldado-BD

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Disponível	-	-
Realizável (previdencial e administrativo)	3,00%	4,86%
Títulos Públicos	59,39%	21,83%
Renda Fixa	17,63%	56,30%
Ações	8,02%	5,16%
Multimercados	0,64%	0,46%
Empresas emergentes	1,16%	1,75%
Fundos de participações	2,17%	2,00%
Investimentos imobiliários	6,30%	6,18%
Empréstimos e financiamentos	0,77%	0,74%
Outros – Depósitos Judiciários	0,02%	0,03%
Direitos creditórios	0,75%	0,69%
Créditos privados e depósitos	0,15%	-
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%

Análises de sensibilidade das principais hipóteses

	Tábua biométrica		Taxa de juros		Posição em 31/12/2019
	+ 10%	-10%	+ 0,25%	-0,25%	
Montante do:					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	1.363.242	1.434.539	1.357.376	1.438.918	1.374.648
Valor justo dos ativos do plano	1.222.457	1.222.457	1.222.457	1.222.457	1.222.457
Superávit / (déficit) técnico do plano	(140.785)	(212.082)	(134.919)	(216.461)	(152.191)
Variações:					
Aumento / redução da obrigação atuarial	-2,43%	2,68%	-2,85%	2,99%	
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-	-	-	
Aumento / redução do superávit (déficit) técnico do plano	-19,41%	21,40%	-22,77%	23,91%	

3) Novo Plano COPASA-CD

	31/12/2019	31/12/2018
Valor presente das obrigações financiadas	(9.764)	(8.085)
Valor justo dos ativos do plano	42.457	38.224
Efeito do teto do ativo	(32.693)	(30.139)
Ativo / passivo líquido do plano	-	-

A movimentação na obrigação durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Em 1º de janeiro	8.085	5.874
Custo do serviço corrente	(91)	(253)
Custo financeiro	699	552
Contribuições dos empregados	793	799
(Ganhos) / perdas atuariais	1.200	1.719
Benefícios pagos pelo plano	(922)	(606)
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro	9.764	8.085

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	31/12/2019	31/12/2018
Em 1º de janeiro	38.224	34.560
Retorno real sobre os ativos do plano	3.577	2.691
Contribuições do empregador	785	780
Contribuições dos empregados	793	799
Benefícios pagos	(922)	(606)
Valor justo em 31 de dezembro	42.457	38.224

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos pós-emprego durante o próximo exercício fiscal é de R\$815.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2019	31/12/2018
Custo dos serviços correntes	(91)	(253)
Custo financeiro	699	552
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(3.521)	(3.544)
Juros sobre o efeito do teto do ativo	2.782	2.929
Provisão para plano de benefícios	(131)	(316)

As despesas com plano de pensão no valor negativo de R\$131 em 31 de dezembro de 2019 (negativo de R\$316 em 31 de dezembro de 2018) foram reconhecidas no resultado em "outras despesas operacionais".

O retorno real sobre os ativos do plano em 31 de dezembro 2019 foi de R\$3.577 (R\$2.691 em 31 de dezembro de 2018).

As principais premissas atuariais usadas foram:

	Crédito unitário projetado	
	31/12/2019	31/12/2018
Taxa de desconto (nominal)	6,46% a.a	8,99% a.a
Retorno esperado dos ativos do plano	6,46% a.a	8,99% a.a
Aumento anual de benefícios	3,70% a.a	4,00% a.a
Taxa de inflação	3,70% a.a	4,00% a.a
Tábua de mortalidade geral	BR-EMSsb 2015 (M&F)	BR-EMSsb 2015 (M&F)
Tábua de entrada em invalidez	Light fraca D60%	Light fraca D60%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT 49 M (A100%)	AT 49 M (A100%)

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como no *target* de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2019.

Categorias dos ativos do Novo Plano COPASA-CD

	31/12/2019	31/12/2018
Disponível	-	-
Realizável (previdencial e administrativo)	1,59%	1,79%
Renda fixa	74,48%	75,72%
Ações	6,28%	4,50%
Empresas emergentes	0,82%	1,34%
Fundos de participações	1,79%	1,81%
Investimentos imobiliários	4,96%	5,44%
Empréstimos e financiamentos	5,43%	5,15%
Multimercado	2,41%	1,93%
Créditos privados e depósitos	0,96%	0,97%
Direitos creditórios	1,26%	1,32%
Outros – depósitos judiciais	0,02%	0,03%
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%

Análises de sensibilidade das principais hipóteses

	Tábua biométrica		Taxa de juros		Posição em
	+ 10%	-10%	+ 0,25%	-0,25%	31/12/2019
Montante do:					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	10.729	8.798	9.655	9.877	9.764
Valor justo dos ativos do plano	42.458	42.458	42.458	42.458	42.457
Superávit / (déficit) técnico do plano	31.729	33.660	32.803	32.581	32.693
Variações:					
Aumento / redução da obrigação atuarial	9,88%	-9,90%	-1,12%	1,15%	
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-	-	-	
Aumento / redução do superávit (déficit) técnico do plano	-2,95%	2,96%	0,34%	-0,34%	

As análises de sensibilidade apresentadas para os planos baseiam-se em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as outras premissas. Na prática, não é provável que isso ocorra, sendo que as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas. No cálculo da sensibilidade da obrigação de benefício definido em relação às premissas atuariais significativas, o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido calculado com base no método da unidade de crédito projetada na data do balanço) foi aplicado, bem como no cálculo da obrigação dos planos de pensão reconhecida no balanço patrimonial.

Os métodos e tipos de premissas usados na preparação da análise de sensibilidade não sofreram alteração na comparação com o exercício anterior.

21. Patrimônio Líquido e Dividendos

(a) Capital

A Companhia faz parte do Novo Mercado de Governança Corporativa da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo seu capital formado exclusivamente por ações ordinárias. O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é de R\$3.402.385, representado por 126.751.023 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A Companhia é controlada pelo Estado de Minas Gerais, que possui aproximadamente 50,04% das ações. Em livre circulação no mercado (*free float*) encontram-se cerca de 49,68% das ações e o restante, correspondente a aproximadamente 0,28%, encontra-se em tesouraria.

A COPASA MG está autorizada a aumentar o seu Capital Social até o limite de R\$4.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração. Eventuais propostas de aumento de capital acima desse limite ou por meio de integralização em bens são de competência de Assembleia Geral. Nesses casos, esses órgãos definirão também as condições das emissões.

Os acionistas terão direito de preferência em eventuais aumentos de capital na forma da lei. Entretanto, a critério da Assembleia Geral, poderá ser excluído o direito de preferência, ou reduzido o prazo para o seu exercício, nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

A Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações em favor dos administradores, empregados e colaboradores, podendo essa opção ser estendida aos administradores e empregados das sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente. Ressalta-se que nos últimos exercícios não houve outorga de plano de opção de ações.

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

(ii) Reserva de incentivos fiscais

Constituída pela destinação da parcela de incentivos fiscais, decorrentes de doações e subvenções governamentais, apropriada ao resultado do exercício a partir de 1º de janeiro de 2008.

No exercício de 2019, foi registrado no resultado, o valor de R\$617 (não houve reconhecimento em 2018), referente ao incentivo pelo cumprimento de etapas das metas de abatimento de cargas poluidoras das estações de tratamento de esgoto da Companhia (Nota Explicativa 15), concedido pela ANA, com recursos do PRODES.

(iii) Retenção de lucros

A Administração propõe a retenção de lucros no montante de R\$505.774 (R\$270.190 em 2018) para futuros investimentos da Companhia, em linha com o “Plano Plurianual de Investimentos”.

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial referem-se a:

- (i) Ganhos e perdas atuariais: corresponde aos ganhos e perdas atuariais apurados em conformidade com CPC 33 (R1) e IAS 19 (R1) (Nota Explicativa 20). Em 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor dessa conta totaliza R\$74.019 (R\$29.582 devedor em dezembro de 2018).
- (ii) Mensuração de ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes venda: corresponde ao valor justo do investimento sem influência significativa na empresa GS Inima Industrial Jeceaba S.A. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo credor desta conta totaliza R\$35.161 (R\$28.328 em dezembro de 2018).

(d) Remuneração aos acionistas

• Política de dividendos

Nos termos do Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 07 de maio de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a revisão da Política de Dividendos da Companhia, definindo regras para a distribuição de proventos, em função da alavancagem observada, conforme destacado a seguir:

• Dividendos regulares

O Conselho de Administração definirá até 31 de março de cada exercício, o percentual do Lucro Líquido Ajustado a ser distribuído, observando o mínimo estatutário de 25% e o limite de 50%.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os dividendos mínimos obrigatórios são assim apresentados:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	754.374	578.700
Reserva legal - (5%)	(37.719)	(28.935)
Reserva de incentivos fiscais	(617)	-
Lucro líquido	716.038	549.765
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	179.010	137.441

A declaração deverá ocorrer trimestralmente e o pagamento será realizado em até 60 dias, a contar da data da declaração, a exceção dos valores referentes ao quarto trimestre, cuja definição ocorrerá na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

• Dividendos extraordinários

Em conjunto com a divulgação das Demonstrações Financeiras e das Informações Contábeis Intermediárias, referentes ao segundo trimestre de cada exercício, a administração procederá e divulgará o Cálculo do Enquadramento Regulatório, já considerando o pagamento dos Dividendos Regulares, visando a avaliar se este se encontra dentro da margem considerada eficiente (Intervalo Eficiente de Alavancagem Regulatória).

Essa declaração ocorrerá após a realização de estudos que indiquem que eventual pagamento de Dividendos Extraordinários não colocará em risco a saúde financeira, o Plano de Investimentos ou a liquidez corrente da Companhia.

Ressalta-se que por Cálculo do Enquadramento Regulatório entende-se, para o atual ciclo regulatório, o múltiplo Dívida Líquida corrente da Companhia dividido pelo EBITDA acumulado dos 12 meses anteriores

ao período de cálculo (Dívida Líquida/EBITDA), que deverá alcançar o valor de 2,10x, com margem de 0,10x para cima ou para baixo.

Declaração de dividendos/JCP do exercício

• Dividendos regulares

Em observância à referida Política, o Conselho de Administração, em reunião realizada em 28 de fevereiro de 2019, aprovou que a distribuição de dividendos para o exercício de 2019 será correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido, ajustado conforme art. 202 da Lei nº 6.404/76, sob a forma de JCP.

Devido à retenção de imposto de renda sobre os JCPs e o direito do acionista de receber dividendo mínimo obrigatório de 25%, os 15% do imposto foram imputados quando do cálculo dos Juros sobre o Capital Próprio, perfazendo um percentual de distribuição de 29,41% sobre o lucro líquido.

Conforme facultado no artigo 9º da Lei nº 9.249/95, e observando-se a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), os JCP foram contabilizados como despesas financeiras para fins de dedutibilidade na apuração do imposto de renda e da contribuição social, gerando o benefício fiscal de R\$71.600 (R\$93.460 em 2018). Para fins societários, os JCP estão sendo apresentados a débito de lucros acumulados, no patrimônio líquido, no montante de R\$210.587.

Conforme Resolução ARSAE-MG nº 100/2017, o valor do benefício fiscal da dedutibilidade dos JCP, líquido dos desembolsos adicionais incorridos, quais sejam: a distribuição a maior de proventos aos acionistas e o pagamento a maior de participações nos lucros aos empregados, será devolvido ao usuário por meio de compensação na tarifa.

O Conselho de Administração realizou três declarações de JCP, na reunião realizada em 21 de março de 2019, o valor aprovado foi de R\$52.988 para o primeiro trimestre de 2019; na reunião realizada em 14 de junho de 2019, o valor aprovado foi R\$20.963 para o segundo trimestre e em reunião realizada em 16 de setembro de 2019, o valor aprovado foi de R\$52.131 para o terceiro trimestre.

Conforme autorização constante da correspondência do Estado de Minas Gerais, datada de 22 de julho de 2019, parte do valor do JCP, referente ao quarto trimestre de 2018 e ao primeiro trimestre de 2019, do acionista Estado de Minas Gerais foram utilizados para compensação do saldo do parcelamento de débitos no valor de R\$66.375, remanescente do Termo de Encontro de Contas, assim como de faturas de água e/ou esgoto vencidas, no valor de R\$11.740. A Companhia compensou e quitou todos os JCP retidos.

A movimentação do saldo da conta de “dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” está demonstrada a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Dividendos e JCP a pagar no início do exercício	93.397	43.761
Juros sobre o capital próprio propostos	210.587	274.883
IR retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	(10.416)	(13.291)
Juros sobre o capital próprio pagos no período	(134.730)	(163.566)
Juros sobre o capital próprio retidos no Encontro Contas Estado de MG	(78.115)	(48.492)
Juros sobre o capital próprio prescrito	(4)	-
Dividendos propostos	-	280.000
Dividendos pagos	-	(279.970)
Outros	-	72
Dividendos e JCP a pagar no final do período	80.719	93.397

(e) Destinação dos lucros

Conforme previsto no art. 192 da Lei 6.404/76 o lucro líquido será assim destinado:

	Controladora
	31/12/2019
Reserva Legal	37.719
Reserva de incentivos fiscais	617
Realização da correção monetária de ativos	(323)
Remuneração aos Acionistas	210.587
Reserva de Lucros Retidos	505.774
Lucro Líquido	754.374

(f) Lucro por ação

- Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias de emissão da Companhia ao longo do período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (letra “a” desta Nota Explicativa).

	Consolidado	
	2019	2018
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	754.374	578.700
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares	126.394	126.394
Lucro básico por ação (em Reais)	5,97	4,58

- Diluído

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico, uma vez que não há instrumentos dilutivos.

22. Informação por Segmento de Negócios

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais utilizados para a tomada de decisões estratégicas, como serviços de água, serviços de esgoto e resíduos sólidos.

(i) Resultado

	Consolidado				
	2019				
	Serviços de água	Serviços de esgoto	Resíduos sólidos	Reconciliação para as Demonstrações Financeiras	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
Receita operacional bruta*	3.331.369	1.867.141	2.213	439.203	5.639.926
Deduções da receita bruta	(310.645)	(171.906)	(151)	-	(482.702)
Receita operacional líquida*	3.020.724	1.695.235	2.062	439.203	5.157.224
Custos, despesas com vendas e administrativas	(2.210.148)	(1.240.337)	-	(439.203)	(3.889.688)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	810.576	454.898	2.062	-	1.267.536
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas					(112.148)
Resultado financeiro, líquido					(133.084)
Lucro operacional antes dos impostos					1.022.304
Amortização	133.628	239.454	-	79.350	452.432

* A Companhia não possui receitas inter-segmentos, possuindo apenas de clientes externos

A depreciação do ativo imobilizado está assim alocada: R\$63.428 em Serviços de água, R\$27.753 em Serviços de esgoto e R\$34.554 em Outros imobilizados descritos, totalizando R\$125.735.

	Consolidado				
	2018				
	Serviços de água	Serviços de esgoto	Resíduos Sólidos	Reconciliação para as Demonstrações Financeiras	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
Receita operacional bruta*	2.984.331	1.639.238	2.510	538.112	5.164.191
Deduções da receita bruta	(276.436)	(150.383)	(87)	-	(426.906)
Receita operacional líquida*	2.707.895	1.488.855	2.423	538.112	4.737.285
Custos, despesas com vendas e administrativas	(2.126.888)	(1.169.591)	-	(538.112)	(3.834.591)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	581.007	319.264	2.423	-	902.694
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas					19.761
Resultado financeiro, líquido					(190.583)
Lucro operacional antes dos impostos					731.872
Amortização	128.356	226.915	-	82.736	438.007

* Companhia não possui receitas inter-segmentos, possuindo apenas de clientes externos.

A depreciação do ativo imobilizado está assim alocada: R\$63.072 em Serviços de água, R\$27.802 em Serviços de esgoto e R\$39.528 em Outros imobilizados descritos, totalizando R\$130.402. Os impactos na receita operacional bruta e nos custos, advindos da reconciliação para as Demonstrações Financeiras estão demonstrados a seguir:

	2019	2018
Receita bruta de construção referente ao ICPC 1 (R1)	439.203	538.112
Custo de construção referente ao ICPC 1 (R1)	(439.203)	(538.112)
Margem de construção	-	-

(ii) Intangível

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo intangível conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	2019	2018 Reapresentado (não auditado)
Serviços de água	1.587.336	1.548.025
Serviços de esgoto	3.341.495	3.185.011
Outros intangíveis	566.992	488.050
Resíduos sólidos	-	-
Total do intangível	5.495.823	5.221.086

(iii) Imobilizado

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo imobilizado, sendo alocados da seguinte forma: R\$1.071.913 em Serviços de água, R\$334.791 em Serviços de esgoto e R\$184.217 em outros imobilizados, totalizando R\$1.590.921 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Não há passivo alocado aos segmentos reportados.

23. Gestão de Risco

A Gestão de Riscos Corporativos está alinhada às práticas de Governança Corporativa, bem como ao Planejamento Empresarial, que define os Objetivos Estratégicos da Companhia.

A Companhia utiliza-se de instrumentos de planejamento de curto, médio e longo prazos com o objetivo de avaliar a gestão dos seus riscos financeiros, e dessa forma, orientar o processo decisório, permitindo que as ações, quando necessárias, possam ser tomadas em tempo hábil. No curto prazo utiliza-se da “programação diária do Fluxo de Caixa” que abrange um período de até 90 dias. No médio prazo (360 dias) utiliza-se do orçamento empresarial. No longo prazo utiliza-se do “Demonstrativo de Resultados” que retrata os seus objetivos estratégicos para um período de até 10 anos e é composto de um demonstrativo econômico e de um demonstrativo financeiro.

23.1 Gestão de risco financeiro

A Companhia monitora seus índices de endividamento com o objetivo de avaliar os riscos das operações de créditos que possam comprometer sua liquidez.

A premissa de curto prazo da Companhia é dar previsibilidade ao seu caixa num período de 12 meses, considerando os cenários econômicos divulgados pelas instituições financeiras com as quais se relaciona.

Os principais riscos de exposição da Companhia são:

(a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam vários tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de *commodities* e outros riscos de preço, como risco de ações. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos, financiamentos e debêntures, CDBs, aplicações financeiras e Investimento em Foz de Jeceaba, contabilizado como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As análises de sensibilidade, conforme tabelas dos itens (b) e (c) seguintes, foram elaboradas pela Companhia com base no valor da dívida líquida, no índice de taxas de juros fixas em relação às taxas de juros variáveis da dívida, e a proporção de instrumentos financeiros em moedas estrangeiras, todos a valores constantes. As análises excluem o impacto das alterações nas variáveis de mercado sobre o valor das obrigações de aposentadoria e pós-emprego, provisões e sobre ativos e passivos não financeiros.

A análise de sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças presumidas nos respectivos riscos de mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

(b) Risco de taxa de juros

Os riscos relativos à taxa de juros para a Companhia decorrem das diferentes taxas que remuneram: (i) ativos, como por exemplo, aplicações financeiras e (ii) passivos da Companhia, sobretudo os empréstimos, financiamentos e debêntures. A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros e da variação cambial, com impacto nos empréstimos e financiamentos.

A COPASA MG possuía 90% do total do seu endividamento em moeda nacional, cujos saldos devedores são indexados, sobretudo, à variação da TJLP, da TR, do IPCA e do CDI, e 10% indexados em moeda estrangeira (dólar e euro), em 31 de dezembro de 2019. As operações e suas respectivas taxas de juros estão divulgadas abaixo:

Endividamento - Linhas de Financiamento	Início do Contrato	Taxa Contratual (Anual)	Taxa Variável (Anual)	Término do Contrato	Saldo Devedor em R\$ Milhões	Saldo Devedor (incluído provisão de juros)	%
Em Moeda Nacional:							
Recursos FGTS ⁽¹⁾	-	7,64%	TR	16/08/2041	665.572	667.234	19,9%
Finame	28/03/2011	3,97%	-	15/01/2025	50.018	50.099	1,5%
BNDES Empréstimo	15/01/2008	7,10%	TJLP	15/05/2025	259.622	260.365	7,8%
BNDES/Debêntures 4 ^a Emissão							
1 ^a Série	15/07/2010	7,12%	TJLP	15/07/2022	66.290	66.481	2,0%
2 ^a Série	15/07/2010	9,05%	IPCA	15/08/2022	124.957	129.309	3,9%
3 ^a Série	15/07/2010	7,12%	TJLP	15/07/2022	87.768	88.020	2,6%
Caixa/Debêntures 5 ^a Emissão	20/09/2011	9,00%	TR	01/09/2031	205.099	206.507	6,2%
Debêntures de Mercado - 7 ^a Emissão							
2 ^a Série	15/04/2014	7,39%	IPCA	15/01/2024	64.904	69.989	2,1%
BNDES/Debêntures 8 ^a Emissão							
1 ^a Série	15/06/2015	7,44%	TJLP	15/06/2028	66.991	67.191	2,0%
2 ^a Série	15/06/2015	8,18%	IPCA	15/06/2028	32.653	32.755	1,0%
BNDES/Debêntures 11 ^a Emissão							
1 ^a Série	15/01/2017	8,19%	TJLP	15/01/2031	109.047	109.406	3,3%
2 ^a Série	15/01/2017	8,85%	IPCA	15/01/2031	50.447	50.616	1,5%
Debêntures de Mercado - 12 ^a Emissão							
1 ^a Série	08/02/2018	5,06%	IPCA	15/01/2024	199.972	204.692	6,1%
2 ^a Série	08/02/2018	5,27%	IPCA	15/01/2026	86.030	88.144	2,6%
Debêntures de Mercado - 13 ^a Emissão							
1 ^a Série	15/07/2018	4,70%	106,9% do DI	15/07/2021	92.600	95.106	2,8%
2 ^a Série	15/07/2018	4,84%	110,0% do DI	15/07/2023	540.000	555.043	16,6%
3 ^a Série	15/07/2018	6,50%	IPCA	15/07/2025	70.193	72.311	2,2%

Endividamento - Linhas de Financiamento	Início do Contrato	Taxa Contratual (Anual)	Taxa Variável (Anual)	Término do Contrato	Saldo Devedor em R\$ Milhões	Saldo Devedor (incluído provisão de juros)	%
Debêntures de Mercado - 14ª Emissão							
1ª Série	15/06/2019	4,67%	106,15% do DI	15/06/2024	56.500	56.603	1,7%
2ª Série	15/06/2019	4,30%	IPCA	15/06/2026	143.753	143.993	4,3%
Outras Obrigações:							
Libertas (Previdência Complementar)	08/01/2001	5,84%	INPC	08/11/2021	29.867	30.001	0,9%

(¹) Recursos FGTS: Caixa Econômica Federal.

Dessa forma, são realizadas análises que consideram a possibilidade de refinanciamento, renovação de posições existentes e novos financiamentos, de forma a otimizar o custo de capital da Companhia.

Sensibilidade às taxas de juros

A Companhia elaborou análise de sensibilidade dos efeitos de uma possível mudança nas taxas de juros nos empréstimos, financiamentos e debêntures. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o resultado da Companhia antes da tributação é afetado pelo impacto sobre empréstimos, financiamentos e debêntures sujeitos a taxas variáveis, conforme demonstrado a seguir:

Indicadores	Exposição (i)	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
		Provável (ii)	+25%	-25%	+50%	-50%
TJLP	589.719	5,5700%	6,9625%	4,1775%	8,3550%	2,7850%
Varição do Principal		32.847	41.059	24.636	49.271	16.424
IPCA	772.909	4,0400%	5,0500%	3,0300%	6,0600%	2,0200%
Varição do Principal		31.226	39.032	23.419	46.838	15.613
CDI	689.100	4,5000%	5,6250%	3,3750%	6,7500%	2,2500%
Varição do Principal		31.010	38.762	23.257	46.514	15.505
TR	870.671	0,0000%	0,0000%	0,0000%	0,0000%	0,0000%
Varição do Principal		-	-	-	-	-
INPC	29.867	4,4800%	5,6000%	3,3600%	6,7200%	2,2400%
Varição do Principal		1.338	1.673	1.004	2.007	669
LIBOR	101.037	2,3710%	2,9638%	1,7783%	3,5565%	1,1855%
Varição do Principal		2.396	2.994	1.797	3.593	1.198
NÃO HÁ	251.390	0,0000%	0,0000%	0,0000%	0,0000%	0,0000%
Varição do Principal		-	-	-	-	-

(i) Principal atualizado conforme taxa contratual, em 31 de dezembro de 2019.

(ii) Fontes dos índices: CDI e IPCA (Relatório Focus - BACEN de 27/12/2019, TJLP cotação de 31 de dezembro de 2019 (BNDES) e INPC variação/ano dez/2019 (IBGE). Libor USD - 12 meses (média) - <https://pt.global-rates.com/taxa-de-juros/libor/dolar-americano/2019.aspx>

(c) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, às cotações do dólar americano e do euro em relação ao Real, impactando diretamente no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. As operações e suas respectivas taxas de cambio estão divulgadas abaixo:

Endividamento - Linhas de Financiamento	Início do Contrato	Taxa Contratual (Anual) 31.12.2019	Taxa Variável (Anual)	Término do Contrato	Saldo Devedor	Saldo Devedor (incluído provisão de juros)	%
Banco do Brasil	30/03/1989	5,11%	Dólar	10/04/2024	101.037	102.189	3,1%
Kfw	29/11/2011	2,07%	Euro	20/12/2023	201.372	201.499	6,0%

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são destinados a obras específicas de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário, bem como em ganhos de eficiência energética e proteção ambiental. Para a operação com o Banco KfW, cujo saldo devedor era de €44,5 milhões (equivalente a R\$201,50 milhões), não há mecanismo de *hedge* contratado. A dívida com o Banco do Brasil, cujo saldo devedor era de US\$25,4 milhões (equivalente a R\$102,19 milhões) em 31 de dezembro de 2019, está garantida por títulos da dívida externa brasileira, no montante de US\$22,89 milhões (equivalente a R\$92,24 milhões), caucionados no Banco do Brasil, corrigidos pela média dos preços dos bônus de Cupom Zero do Tesouro dos Estados Unidos da América (Nota Explicativa 07).

Sensibilidade à taxa de câmbio

A análise de sensibilidade, elaborada pela Companhia, é apurada pela estimativa de variação cambial do dólar (US\$) e do euro (€), de $\pm 10\%$ e $\pm 20\%$, em relação ao saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em suas respectivas moedas, nos resultados e no seu patrimônio. No caso da operação com o Banco do Brasil, como a Companhia possui caução em dólares (US\$), o valor da caução é deduzido do saldo devedor, para cálculo da sensibilidade à taxa de câmbio. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o resultado da sensibilidade à taxa de câmbio, antes da tributação, é demonstrado a seguir:

Instrumento financeiro		Banco do Brasil	Caução BB	Banco KfW
Saldo devedor (em moeda estrangeira)	31/12/2019	U\$ 25.066	U\$ 22.885	€ 44.448
	Saldo devedor	101.037	92.244	201.371
Provável (Projeção)	Saldo Devedor	102.774	93.830	206.594
	Perda	(1.737)	(1.585)	(5.222)
Queda 25%	Saldo Devedor	75.778	69.183	151.028
	Ganho	25.259	23.061	50.342
Queda 50%	Saldo Devedor	50.518	46.122	100.685
	Ganho	50.518	46.122	100.685
Acréscimo 25%	Saldo Devedor	126.296	115.305	251.714
	Perda	(25.259)	(23.061)	(50.342)
Acréscimo 50%	Saldo Devedor	151.556	138.366	302.057
	Perda	(50.518)	(46.122)	(100.685)

(*) Fontes dos índices projetados: Dólar (Relatório Focus-BACEN de 27 de dezembro de 2019) e Euro (<https://www.itaubpa.com.br/analises-economicas/projecoes/longo-prazo-janeiro-2020>)

(d) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos mantidos em instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

(i) Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito à capacidade de pagamento dos usuários, bem como às normas regulatórias e leis que definem regras comerciais e de cobrança. Esse tipo de risco é minimizado devido à pulverização da carteira de clientes. Eventuais perdas por redução ao valor recuperado do contas a receber

estão adequadamente cobertas por provisão. O detalhamento do reconhecimento da perda esperada de crédito com clientes esta detalhada na Nota Explicativa 3.5.2a.

(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito é decorrente da possibilidade da Companhia incorrer em perdas dos depósitos mantidos em instituições financeiras. Para mitigá-lo, foi instituída em outubro de 2012 a política de aplicações financeiras da Companhia, estabelecendo alçadas e critérios para definição das instituições financeiras com as quais a Companhia irá trabalhar.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às últimas classificações de crédito disponíveis ou às informações históricas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo e cauções (agências de risco, Fitch e S&P)				
AAA	20.075	272	20.075	272
AA	437.803	402.339	437.803	410.536
A	297.987	72.086	298.057	72.166
BBB	4	214.044	2.265	221.147
Total	755.869	688.741	758.200	704.121
Certificados de depósitos bancários de curto prazo - (Nota 06 (a))	489.831	257.007	492.162	272.387
Aplicações financeiras resgatáveis acima de 90 dias	-	161.349	-	161.349
Aplicação financeira vinculada - (Nota 08)	85.268	81.943	85.268	81.943
Cauções em garantias de empréstimos, financiamentos e debêntures	180.770	188.442	180.770	188.442

(e) Risco de liquidez

O risco de liquidez para a Companhia advém da dinâmica do seu fluxo de caixa, que é fortemente impactado pela sua receita, pelos investimentos e pelo serviço da dívida. No entanto, a COPASA MG acompanha o risco de escassez de recursos por meio da gestão prudente do fluxo de caixa, assegurando os recursos suficientes para cobrir grande parte dos compromissos financeiros de curto prazo e para assegurar o programa de investimentos da Companhia.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e os saldos de caixas, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Além disso, a Companhia desenvolve a projeção de fluxos de caixa, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e o acompanhamento das questões macroeconômicas e de mercado que suscitem renegociações de preços que alterem significativamente o fluxo de caixa.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela correspondem aos fluxos de caixa não descontados contratados.

	Faixas de vencimento			
	Até 01 ano	Entre 01 e 03 anos	Entre 03 e 05 anos	Acima de 05 anos
Em 31 de dezembro de 2019				
Amortização	343.965	1.144.006	931.669	855.186
Juros	221.146	352.859	200.504	366.364
Empréstimos, financiamentos e debêntures	565.111	1.496.865	1.132.173	1.221.550
PPP Rio Manso ⁽¹⁾	59.985	97.637	89.935	179.870
Arrendamento Mercantil	37.166	20.967	139	-
Parcelamento de Impostos	14.289	-	-	-
Fornecedores	176.302	-	-	-

⁽¹⁾ Os valores incluem também a despesa financeira referente ao fluxo de desembolsos futuros da PPP do Manso, atualizados de acordo com o índice definido contratualmente e apurado para o mês de abril, data prevista para os reajustes.

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir apresenta as garantias de recebíveis dadas pela Companhia nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, além da PPP do Rio Manso. Cabe ressaltar que tais contratos dispõem ainda de caução em garantia de financiamentos (Nota Explicativa 08).

Receitas Vinculadas em 31 de dezembro de 2019				
Caixa Econômica Federal	Instituição Financeira/Contrato	Garantia (receita vinculada)	Valor	Término do Contrato
	CAIXA - Financiamentos 2007/2008	Vinculação de receita equivalente a 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos 2007 e 2008.	R\$5.766	setembro/31
	CAIXA - PAC 2009	Vinculação de receita equivalente a 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$2.016	novembro/32
	5ª Emissão de Debêntures (R\$288 Milhões)	Vinculação de receita equivalente a no mínimo 4,5% do saldo devedor das debêntures no último dia útil de cada ano.	R\$9.230	setembro/31
	CAIXA - Financiamentos 2011 (INs 33, 25 e 24)	Vinculação da receita equivalente a 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$4.194	junho/35
	CAIXA - Financiamentos 2012 (IN 24)	Vinculação de receita equivalente a 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$530	maio/36
	CAIXA - Financiamentos 2013 (IN 27)	Vinculação de receita equivalente a 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$3.328	outubro/37
	CAIXA - Financiamentos 2014 (IN 02)	Vinculação de receita equivalente a 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$2.420	fevereiro/38
	CAIXA - Financiamentos 2015 (IN 02)	Vinculação de receita equivalente a 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$1.427	março/39
	CAIXA - Financiamentos 2017 (IN 29)	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$254	agosto/41

Receitas Vinculadas em 31 de dezembro de 2019				
	Instituição Financeira/Contrato	Garantia (receita vinculada)	Valor	Término do Contrato
BNDES	3ª Emissão de Debêntures (R\$450 milhões)	Vinculação da receita de R\$18 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde dez/2007.	R\$33.610	dezembro/19
	Financiamentos (PAC 2007 - R\$48 milhões)/ (PAC 2008 - R\$578 milhões)	Vinculação da receita de R\$26 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA desde mai/2008.	R\$48.235	junho/23
	Financiamentos BNDES (R\$181 milhões)	Vinculação da receita de R\$7,0 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde abr/2010.	R\$11.767	maio/25
	4ª Emissão de Debêntures (R\$740 milhões)	Vinculação da receita de R\$32,0 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde jul/2010.	R\$53.736	agosto/22
	8ª Emissão de Debêntures (R\$140 milhões)	Vinculação da receita de R\$16,9 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde set/2015.	R\$20.370	agosto/28
	11ª Emissão de Debêntures (R\$226 milhões)	Vinculação da receita de R\$5,5 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde abril/2017.	R\$5.871	janeiro/31
Banco KfW	€ 100 milhões	Vinculação de receita equivalente a 1 (uma) vez o serviço da dívida mensal do contrato.	R\$27.396	junho/23
BRK Ambiental	PPP Rio Manso	1/12 do valor anual da parcela integrante da Contraprestação referente a cada ano de vigência.	R\$11.156	dezembro/28
Total de Receita Vinculada			R\$241.306	

23.2 Gestão de risco de capital

A Companhia administra a estrutura do capital de acordo com a sua Política de Endividamento, que estabelece, estatutariamente, que as exigibilidades totais da Companhia sejam iguais ou inferiores ao Patrimônio Líquido. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo EBITDA, e de acordo com o Estatuto da Companhia deve ser inferior a 4,0. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos, financiamentos, debêntures e outras dívidas onerosas de curto e longo prazo subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, e o EBITDA é o lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortização. O índice de capital de terceiros é apurado dividindo a dívida líquida pelo Patrimônio Líquido e deve ser inferior a 1,0.

Outro fator mitigador de riscos é a Política de Dividendos da Companhia cujas regras para a distribuição de proventos se baseiam na alavancagem observada. Caso esta esteja acima do intervalo considerado ideal, o Conselho de Administração definirá que o percentual de distribuição do Lucro Líquido Ajustado será o mínimo legal obrigatório.

23.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por redução ao valor recuperável de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos considerando seus prazos de vencimento. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de

divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

(a) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo no balanço patrimonial

Refere-se ao saldo de investimento na empresa GS Inima Industrial Jeceaba S.A. (antiga BRK Ambiental – Jeceaba S.A), mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Este instrumento financeiro foi incluído no nível de hierarquia 3 e a Companhia utilizou análise dos fluxos de caixa descontados da investida aplicando a taxa de desconto de 12,88%, para determinar o seu valor justo.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da COPASA e sua subsidiária, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	Controladora / Consolidado	
	Ativo	
	Nível (3)	
	31/12/2019	31/12/2018
Investimento GS Inima Industrial Jeceaba S.A	75.074	64.721
Saldo total	75.074	64.721

Os valores dos dividendos recebidos até 31 de dezembro de 2019 foram R\$10.057 (R\$7.478 em 31 de dezembro de 2018).

(b) Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures

Os valores contábeis em comparação com seus respectivos valores justos estimados são os seguintes:

	Controladora / Consolidado			
	Contábil	Justo	Contábil	Justo
	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
Empréstimos e financiamentos	1.281.386	1.247.295	1.398.177	1.350.083
Debêntures simples	2.028.851	2.031.415	2.143.891	2.117.999
Total	3.310.237	3.278.710	3.542.068	3.468.082

Os valores de mercado passivos são calculados através da projeção do saldo devedor, atualizado pela taxa contratual, pelo período de meses restantes para pagamento. O valor encontrado retroage ao período atual, utilizando-se as taxas de mercado abaixo:

Linhas	Controladora / Consolidado				Observações
	Taxa contratual	Período meses	Taxa de mercado		
Caixa/FGTS	7,64%	173	8,50%		Cotação da taxa da Caixa em dez/19
BNDES Finem	7,10%	28	8,74%		Cotação da taxa do BNDES Finem em dez/19
FINAME	3,97%	61	6,85%		Cotação da taxa FINAME em dez/19
Banco do Brasil	5,11%	52	4,31%		Cotação da taxa AFD em dez/19
Debêntures simples	6,26%	64	6,37%		Cotação taxas Debts. BNDES e mercado dez/19
KfW	2,07%	48	1,66%		Cotação taxa do KfW em dez/19

24. Instrumento Financeiro por Categoria

(a) Controladora

	31/12/2019			31/12/2018		
	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	Valor justo em Outros Resultados Abrangentes	Total	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	Valor justo em Outros Resultados Abrangentes	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	521.304	-	521.304	297.518	-	297.518
Aplicações financeiras resgatáveis acima de 90 dias	-	-	-	161.349	-	161.349
Contas a receber de clientes	1.176.718	-	1.176.718	1.163.748	-	1.163.748
Bancos e aplicações de convênios	20.190	-	20.190	8.048	-	8.048
Aplicações financeiras vinculada	85.268	-	85.268	81.943	-	81.943
Ativos financeiros de concessões	648.892	-	648.892	682.828	-	682.828
Ativos Financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ⁽¹⁾	-	75.074	75.074	-	64.721	64.721
Demais contas a receber	243.616	-	243.616	244.223	-	244.223
Total	2.695.988	75.074	2.771.062	2.639.657	64.721	2.704.378

⁽¹⁾ Excluindo pagamentos antecipados.

	31/12/2019		31/12/2018	
	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Total	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Total
Passivos				
Empréstimos e financiamentos e debêntures	3.310.237	3.310.237	3.542.068	3.542.068
Fornecedores	176.302	176.302	206.999	206.999
Arrendamento Mercantil	58.272	58.272	-	-
Parceria Público Privada	357.419	357.419	414.871	414.871
Total	3.902.230	3.902.230	4.163.938	4.163.938

(b) Consolidado

	31/12/2019			31/12/2018		
	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	Valor justo no Outros Resultados Abrangentes	Total	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	Valor justo no Outros Resultados Abrangentes	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	524.146	-	524.146	313.371	-	313.371
Aplicações financeiras resgatáveis acima de 90 dias	-	-	-	161.349	-	161.349
Contas a receber de clientes	1.187.496	-	1.187.496	1.169.501	-	1.169.501
Bancos e aplicações de convênios	20.223	-	20.223	8.069	-	8.069
Aplicações financeiras vinculada	85.268	-	85.268	81.943	-	81.943
Ativos financeiros de concessões	651.069	-	651.069	682.828	-	682.828
Ativos Financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ⁽¹⁾	-	75.074	75.074	-	64.721	64.721
Demais contas a receber	242.675	-	242.675	241.516	-	241.516
Total	2.710.877	75.074	2.785.951	2.658.577	64.721	2.723.298

⁽¹⁾ Excluindo pagamentos antecipados.

	31/12/2019		31/12/2018	
	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Total	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Total
Passivos				
Empréstimos e financiamentos e debêntures	3.310.237	3.310.237	3.542.068	3.542.068
Fornecedores	181.825	181.825	217.664	217.664
Arrendamento Mercantil	58.275	58.275	-	-
Parceria Público Privada	357.419	357.419	414.871	414.871
Total	3.907.756	3.907.756	4.174.603	4.174.603

25. Transações com Partes Relacionadas**(a) Ativo, passivo e resultado**

Além dos convênios descritos na Nota Explicativa 19, as demais transações com partes relacionadas resumem-se, basicamente, àquelas efetuadas com o Estado de Minas Gerais, que é o controlador da Companhia, Nota Explicativa 21 (a), a subsidiária Copanor, o Copass Saúde e a Fundação Libertas de Seguridade Social. Os saldos e operações são como segue:

Controladora				
31/12/2019				
Subsidiária COPANOR	Outras			
	ESTADO MG	COPASS	LIBERTAS	
Ativo				
Circulante				
Contas a receber de clientes				
Valores faturados	-	167.217	1	28
Valores a faturar	-	11.197	1	17
Convênios	-	15.281	-	-
Créditos diversos				
Créditos com controlada	1.206	-	-	-
Total do ativo	1.206	193.695	2	45
Passivo				
Circulante				
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	-	42.170
Programa de saúde	-	-	10.166	-
Não circulante				
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	-	136.007
Total do passivo	-	-	10.166	178.177
Resultado				
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	166.810	12	271
Programa de seguridade	-	-	-	(48.221)
Programa de saúde	-	-	(89.920)	-
Prestação de Serviços	-	1.258	-	-
Controladora				
31/12/2018				
Subsidiária COPANOR	Outras			
	ESTADO MG	COPASS	LIBERTAS	
Ativo				
Circulante				
Clientes				
Valores faturados	-	144.962	1	22
Valores a faturar	-	9.643	1	13
Convênios	-	17.287	-	-
Créditos diversos				
Créditos com controlada	2.860	-	-	-
Total do ativo	2.860	171.892	2	35

	Controladora			
	31/12/2018			
	Subsidiária COPANOR	Outras		
ESTADO MG		COPASS	LIBERTAS	
Passivo				
Circulante				
Programa de seguridade	-	-	-	39.346
Programa de saúde	-	-	9.712	-
Não circulante				
Programa de seguridade	-	-	-	89.027
Total do passivo	-	-	9.712	128.373
Resultado				
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	158.327	13	254
Programa de seguridade	-	-	-	(44.264)
Programa de saúde	-	-	(79.182)	-

Os saldos e operações com partes relacionadas são realizados a preços e condições acordados entre as partes.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

	2019	2018
Remuneração	4.480	4.717
Benefícios assistenciais ⁽¹⁾	774	284
Total	5.254	5.001

⁽¹⁾ Refere-se à alimentação, saúde e benefício pós-emprego.

25.1 Natureza das operações com partes relacionadas

A Companhia reconhece como parte relacionada, além das relações de negócios mantidas com a sua Subsidiária Integral, COPANOR, as transações financeiras mantidas com o pessoal-chave da Administração, com o seu Acionista majoritário e com as Empresas ou Órgãos a ele ligados, direta ou indiretamente, desde que haja com essas Empresas ou Órgãos relações contratuais formalizadas que gerem transações financeiras.

• Estado de Minas Gerais

(a) Prestação de serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário para o Estado e demais sociedades a ele relacionadas

Na prestação desses serviços são aplicadas as tarifas definidas pela ARSAE-MG.

(b) Juros sobre o Capital Próprio

A Companhia destinou ao Estado de Minas Gerais Juros sobre Capital Próprio (JCP), no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$105.672 (R\$139.392 de JCP, acrescidos de dividendos extraordinários no montante de R\$143.687, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui saldos a receber do Estado de Minas Gerais no montante de R\$178.414 (R\$154.005 em 31 de dezembro de 2018), que foram negociados com o Estado de Minas Gerais. Deste valor R\$140.678 estão vencidos e R\$37.736 estão a vencer (R\$53.658 e R\$100.347 respectivamente em 31 de dezembro de 2018).

O saldo do parcelamento de débitos no valor R\$66.375 em 31 de dezembro de 2018 foi quitado utilizando os JCP retidos conforme acordado no Termo de Encontro de Contas e Negociação de dívida entre a COPASA MG, COPANOR e o Estado de Minas Gerais para compensação de débitos entre as partes, e corroborado por

correspondência datada de 22 de julho de 2019. Parte do saldo dos JCP referentes ao quarto trimestre de 2018 e ao primeiro trimestre de 2019, no valor de R\$11.740 foram utilizados para quitação de faturas vencidas.

Em 31 de outubro de 2019, foram quitadas pelo Estado de Minas Gerais faturas vencidas no valor de R\$35.659, e conseqüentemente a Companhia pagou o saldo do JCP retidos do segundo trimestre de 2019 no valor de R\$10.519. Não existem JCP retidos em 31 de dezembro de 2019. Em 09 de dezembro de 2019, o Estado de Minas Gerais celebrou acordo para equacionamento de dívida no valor de R\$173,6 milhões, incluindo todas as faturas com vencimento até 31 de dezembro de 2019 e, ainda, algumas faturas a vencer após essa data. O fluxo mensal de pagamentos constante desse acordo está sendo quitado regularmente, e, além disso o pagamento das faturas correntes está ocorrendo dentro das competências dos vencimentos.

(c) Garantia em contratos da Companhia com a União

Os contratos abaixo relacionados descrevem garantias prestadas pelo Estado de Minas Gerais em contratos envolvendo a Companhia e a União:

Por meio do Contrato de Confissão e Consolidação de Dívida, de 05 de agosto de 1998, firmado entre a União, o Estado de Minas Gerais e a COPASA MG, o Estado cedeu como garantia de pagamento da dívida da Companhia, ora confessada, junto ao *BNY*, seus créditos sobre Impostos previstos nos artigos 155, 157 e 159 da Constituição da República Federativa do Brasil, nos termos previstos na cláusula V do referido contrato, ou seja, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo devedor desse Contrato é de R\$102.189.

Por meio do Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Crédito em Contragarantia, de 29 de novembro de 2011, firmado entre a União, o Estado de Minas Gerais e a COPASA MG, o Estado cedeu como contragarantia à União, em caso de inadimplência da Companhia perante o Banco KfW, seus créditos sobre impostos previstos nos artigos 155, 157 e 159 da Constituição da República Federativa do Brasil, nos termos previstos na cláusula III do referido Contrato, ou seja, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo em aberto desse contrato é de R\$201.499.

(d) Convênios de cooperação técnica

Trata-se de convênios firmados entre a Companhia e o Estado de Minas Gerais, nos quais este último repassa recursos oriundos do Orçamento Geral da União, a fundo perdido, ou seja, sem custos financeiros e sem necessidade de garantias. A contrapartida exigida é a execução de obras de infraestrutura nos prazos de vigência dos convênios.

(e) Contratos de prestação de serviços com a PRODEMGE

A Companhia têm contratos firmados com a Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – PRODEMGE para a prestação de serviços de Integração à Rede IP Multisserviços com suporte a transmissão de dados voz e vídeo com qualidade de serviço, baseada na tecnologia IP - Internet Protocol, pela qual é possível o compartilhamento de serviços de tecnologia de informação e infraestrutura de telecomunicações, bem como fornecimento de certificado digital de assinatura para pessoa física ou jurídica no padrão ICP Brasil. Possibilita, ainda, o fornecimento de certificado de Servidor Web/Sítio Multi-domínio - Hierarquia Internacional.

• COPANOR

Referem-se aos gastos com os empregados cedidos pela Controladora.

- **Fundação Libertas**

Contribuição pela Patrocinadora referente aos empregados participantes de um dos 3 planos de Previdência Complementar: benefício definido, benefício de fundo salgado e de contribuição definida, administrados pela Fundação Libertas (Nota Explicativa 20).

A contribuição da Companhia é equivalente à dos empregados participantes, em conformidade com as Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e seu valor é determinado a partir de estudos atuariais previamente elaborados.

As taxas de administração e demais preços foram definidos pelo corpo administrativo da entidade de maneira colegiada, contando com a participação dos assistidos, constituindo, portanto, condições comutativas adequadas.

- (a) **Realização de Termos de Reconhecimento e Compensação de Dívida**

Em 2019 foi celebrado Termo de Reconhecimento e Compensação de dívida da Libertas para com a Companhia, decorrente de cobranças extraordinárias para equacionamento de déficit em valores superiores à proporção contributiva calculada em relação às contribuições pagas pelos participantes, no valor de R\$145.866 que foram compensados com as contribuições mensais para com o Plano RP1 – Benefício Definido (BD) em 06 parcelas até agosto de 2019.

- (b) **Acordo de Cooperação para cessão de pessoal**

Em 2019 foi celebrado acordo de cooperação visando a cessão de 01 empregado do quadro da Companhia para exercer o cargo de diretor administrativo junto à Diretoria Executiva da Fundação Libertas, cujos gastos até 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$251.835, serão integralmente reembolsados.

- **COPASS Saúde**

Contribuição pela patrocinadora no plano de saúde e odontológico dos empregados

A transação observa condições comutativas adequadas, pois o plano é cadastrado junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e regulado por aquela agência, devendo cumprir as mesmas normas às quais demais planos de saúde e odontológicos corporativos devem se sujeitar.

26. Prestação de Serviços Públicos de Água e Esgoto em Belo Horizonte

1º) Em fevereiro de 2010, foi assinado Termo de Compensação de Dívidas Recíprocas, entre a Fazenda Pública do Município de Belo Horizonte e COPASA MG, estabelecendo que a forma de quitação dos débitos da Companhia para com a Prefeitura de Belo Horizonte, oriundos do não recolhimento de tributos (ISSQN), devido a isenção concedida na assinatura do Convênio com esse Município, em 31 de janeiro de 1973 e que foi posteriormente revogada pela Prefeitura, seria realizada através de compensação com os créditos que a COPASA possuía com o Município, referentes a faturas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não pagas no período de 1990 a 2002.

Este acordo definiu que o valor de R\$216.765 seria liquidado mediante pagamentos recíprocos em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e consecutivas, de igual valor, sujeitas a juros de 1% (um por cento) ao mês e atualização monetária anual pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, pelo IBGE (Notas Explicativas 07 e 15).

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo a receber registrado é de R\$14.289, sendo R\$14.289 no ativo circulante (R\$90.961 em 31 de dezembro de 2018, sendo R\$68.479 no ativo circulante e R\$22.482 no ativo não circulante).

2º) A Companhia assumiu, através do Convênio de Cooperação celebrado em 13 de novembro de 2002, parte dos custos do Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vale e dos Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte - DRENURBS, de interesse do Município, cujo valor inicialmente contratado de R\$170.000, está sendo atualizado pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. As medições atualizadas são apresentadas mensalmente para reembolso, com contrapartida no Ativo Intangível, a título de Direito de Exploração da Concessão de Belo Horizonte.

27. Compromissos

A Companhia possui contratos para construção de novos empreendimentos, em que as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Os principais valores compromissados com empreiteiros e fornecedores em aberto, em 31 de dezembro 2019 estão demonstrados a seguir:

	Valor	Prazo médio contratado em meses
Obrigações contratuais – Investimentos em obras e crescimento vegetativo em diversas concessões sendo este o valor esperado de desembolso	99.204	6
Obrigações Contratuais – Contratos de Leasing fora do escopo do IFRS 16, sendo este o valor esperado de desembolso	12.046	17
Acordo de Cooperação Técnica ⁽¹⁾	3.103	2

⁽¹⁾ Compromisso assumido em decorrência de Acordo de Cooperação Técnica celebrado pelo Estado de Minas Gerais por intermédio da Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, Secretaria de Estado de Obras e Transportes Públicos – SETOP, Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG, Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG, Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – CEDEC, Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEAM e COPASA, objetivando suprimir os riscos de rompimento da barragem da Mina de Engenho D'Água, no município de Rio Acima, que se encontra paralisada desde 2011 e foi abandonada pelo Empreendimento Mundo Mineração. Restou à Companhia o compromisso de preservação da captação do Rio das Velhas, por meio de conservação e manutenção de gramíneas nos maciços das barragens, desobstrução e limpeza das canaletas de drenagem, remoção das obstruções do sistema extravasor da barragem, bem como a recuperação e manutenção dos acessos para a barragem, cercamento e sinalização do local. Além disso, já está em processo de contratação, os serviços de engenharia, bem como o detalhamento dos projetos para contenção, sistemas de drenagem e tratamento dos resíduos.

28. Seguros

A Companhia e sua Subsidiária firmaram contrato cujo objeto é a prestação de serviços de Seguro de Responsabilidade Civil de Conselheiros, Diretores e/ou Administradores de Sociedades Comerciais, abrangência no território nacional, para os membros dos Conselhos e da Diretoria Executiva, referente a eventuais acordos judiciais e extrajudiciais, sentenças proferidas por tribunais arbitrais, condenações judiciais transitadas em julgado, incluindo honorários advocatícios e despesas processuais, durante o andamento dos processos, fundados em responsabilidade civil por atos de gestão praticados pelas referidas pessoas, no exercício de suas funções.

Em 18 de agosto de 2019, a Companhia contratou seguro para a cobertura para danos causados em suas edificações ou instalações, nos locais denominados Regional, Cercadinho, Mutuca e Barreiro.

29. Transações que não Envolvem Caixa ou Equivalentes de Caixa

Durante os exercícios de 2019 e 2018, a Companhia e sua subsidiária realizaram as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Juros capitalizados (Nota 10)	51.089	51.377
Encontro de Contas com Estado de MG (Nota 21)	78.115	48.492
Total	129.204	99.869

30. Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita bruta de prestação de serviço de água	3.289.425	2.960.111	3.331.369	2.984.331
Receita bruta de prestação de serviço de esgoto	1.873.011	1.633.639	1.867.141	1.639.238
Resíduos sólidos	2.213	2.510	2.213	2.510
Receita de construção	408.079	496.891	439.203	538.112
Total receita bruta	5.572.728	5.093.151	5.639.926	5.164.191
Tributos sobre vendas	(479.366)	(424.148)	(482.702)	(426.906)
Receita líquida (*)	5.093.362	4.669.003	5.157.224	4.737.285

(*) Detalhamento da Receita líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita direta de água	2.906.490	2.600.852	2.931.233	2.621.164
Receita direta de esgoto	1.674.614	1.466.500	1.681.663	1.472.512
Resíduos sólidos	2.062	2.423	2.062	2.423
Total receita direta	4.583.166	4.069.775	4.614.958	4.096.099
Receita indireta de água	88.546	85.994	89.491	86.731
Receita indireta de esgoto	13.571	16.343	13.572	16.343
Total receita indireta	102.117	102.337	103.063	103.074
Receita de construção	408.079	496.891	439.203	538.112
Total da receita líquida	5.093.362	4.669.003	5.157.224	4.737.285

As outras receitas operacionais auferidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 estão apresentadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Reversão de provisão não dedutível	32.659	30.984	34.053	31.083
Recuperação de contas baixadas	56.775	145.221	58.457	147.313
Ressarcimento programa de saúde	1.635	1.375	1.635	1.375
Alienação bens imobilizados	5.990	9.585	5.990	9.585
Outras receitas	10.878	8.970	10.968	9.128
Total outras receitas operacionais	107.937	196.135	111.103	198.484

⁽ⁱ⁾ A Companhia classificou suas despesas por função ou natureza. Desta forma, os valores referentes a participação dos empregados no lucro foram distribuídos para as funções apropriadas. Em 2018 estes valores foram publicados separadamente como outras despesas na Demonstração do Resultado do exercício. O cálculo da Participação dos Empregados nos Lucros e Resultados da Companhia é limitado a 25% dos dividendos mínimos obrigatórios pagos aos acionistas, depois de deduzida a reserva legal. A distribuição dessa participação é realizada de forma linear para todos os empregados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou R\$47.899, referentes à participação dos empregados no resultado auferido no exercício (R\$36.913 em 31 de dezembro de 2018). Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui saldos ainda não liquidados no valor de R\$46.024 (R\$17.448 em 31 de dezembro de 2018).

^(*) Detalhamento dos custos de construção:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Salários e encargos	34.471	31.379	34.471	31.379
Materiais	61.537	81.538	63.338	82.887
Equipamentos	20.943	39.971	22.464	40.237
Serviços de terceiros	242.241	292.049	270.043	331.652
Custos de financiamentos	47.840	49.907	47.840	49.907
Outros	1.047	2.047	1.047	2.050
Total dos custos de construção	408.079	496.891	439.203	538.112

32. Gastos com Pessoal

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Salários	715.027	698.531	726.067	709.069
Custos previdenciários	224.504	216.608	227.641	219.553
FGTS	59.664	57.807	60.441	58.574
Contribuição para plano de pensão	48.221	44.264	48.221	44.264
Programa de alimentação	173.480	183.628	176.320	186.444
Programa de saúde	89.920	79.182	90.570	79.667
Participação dos empregados nos lucros	47.899	-	47.899	-
Outros benefícios	22.780	23.214	23.394	23.740
Total	1.381.495	1.303.234	1.400.553	1.321.311
Pessoal (nota 31)	1.156.991	1.086.626	1.172.912	1.101.758
Obrigações previdenciárias (nota 31)	224.504	216.608	227.641	219.553

33. Receitas e Despesas Financeiras

As receitas (despesas) financeiras podem ser assim sumariadas:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Juros ativos	34.329	22.549	34.675	22.840
Rendimentos com aplicações financeiras	25.485	29.614	26.040	30.484
Receita de variação monetária e cambial	16.262	18.325	16.338	18.360
Receita de ativos financeiros/outros	44.664	51.201	44.784	51.249
Tributos sobre receita financeira	(5.193)	(5.127)	(5.245)	(5.185)
Total de receita	115.547	116.562	116.592	117.748
Encargos sobre financiamentos ⁽¹⁾	(186.547)	(194.061)	(186.555)	(194.062)
Despesa de variação monetária e cambial ⁽²⁾	(62.436)	(98.696)	(62.437)	(98.696)
Outras despesas	(459)	(15.511)	(684)	(15.573)
Total de despesa	(249.442)	(308.268)	(249.676)	(308.331)
Resultado financeiro	(133.895)	(191.706)	(133.084)	(190.583)

⁽¹⁾ Incluídos encargos sobre financiamento da Libertas no valor de R\$3.944 em 31 de dezembro de 2019 (R\$6.482 em 31 de dezembro de 2018).

⁽²⁾ Incluídas despesas de variação monetária da Libertas no valor de R\$1.318 em 31 de dezembro de 2019 (R\$2.231 em 31 de dezembro de 2018).

34. Dados Operacionais e Financeiros das Atividades Relacionadas à Consecução dos Fins de Interesse Coletivo

Em atendimento ao disposto no inciso VI do art. 8º da Lei Federal nº 13.303/16 e no inciso VI do art. 13 do Decreto Estadual nº 47.154/17, a COPASA MG comunica que os dados operacionais e financeiros das atividades relacionadas à consecução dos fins de interesse coletivo estão informados nos itens 2, 3, 7, 8, 9, 15 e 16 do Relatório de Administração.

35. Reajuste Tarifário

A Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – ARSAE-MG divulgou em 29 de junho de 2019, a Resolução ARSAE-MG nº 127/19, na qual autoriza a aplicação de reajuste médio de 8,38% nas tarifas de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário prestados a partir de 1º de agosto de 2019.

36. Eventos Subsequentes

a) Decretação de situação de emergência em vários municípios no estado de Minas Gerais, devido às fortes chuvas recentes e os eventuais impactos na prestação dos serviços pela COPASA MG.

A Companhia adotou medidas em auxílio aos clientes que tiveram seus imóveis atingidos pelos temporais no Estado de Minas Gerais com a concordância da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (ARSAE-MG). Posteriormente, com base no artigo 94 da Resolução ARSAE-MG nº 40/2013 serão realizadas as devidas compensações tarifárias.

Quanto a intervenções nos sistemas de abastecimento de água e esgoto, conforme levantamento realizado, serão necessárias obras emergenciais na recuperação de interceptores e remanejamento, proteção e recuperação de adutoras de sistemas da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Em relação ao interior do Estado, também serão necessárias intervenções em manutenções pontuais em algumas localidades. Os gastos estimados para essas obras são de aproximadamente R\$15 milhões.

b) Investimentos em Montes Claros

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de janeiro de 2020 aprovou investimentos para implantação do sistema de abastecimento de água no município de Montes Claros – captação no Rio São Francisco, no montante de até R\$257.300 (duzentos e cinquenta e sete milhões e trezentos mil reais).

c) Renovação da Concessão de Santa Luzia

Em 06 de fevereiro de 2020, foi renovado o Contrato de Programa para a prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário com o município de Santa Luzia, pelo prazo de 30 anos. A população urbana estimada do município é de aproximadamente 202 mil habitantes.

d) Coronavírus

Visando atender ao Ofício Circular CVM nº 02/2020, a Administração da Companhia analisou os riscos e incertezas relacionados à pandemia Covid-19 e não foram identificados impactos que requeressem ajustes sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em de 31 de dezembro de 2019.

Diante da dificuldade de mensurar ou antecipar os eventuais efeitos econômico financeiros futuros decorrentes da referida pandemia, a Companhia seguirá observando atentamente o desenvolvimento desta situação.

e) Definição do percentual de distribuição do Lucro Líquido sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP)

Em 19 de março de 2020, o Conselho de Administração, deliberou pela distribuição, no exercício de 2020, de 25% do Lucro Líquido, (ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do artigo 202 da Lei Federal nº 6.404/76), a título de remuneração aos acionistas sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP).